



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº **009/2026** – BNDES

Classificação: Documento Controlado (conforme OS PRESI nº 01/2015 - BNDES)

Prazo da Restrição: até a data da disponibilização do Aviso de Licitação para publicação

Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES – Uso no Âmbito Interno

Unidade Gestora: AJI/JULIC/GLIC3



OBJETO

Contratação do serviço de disponibilização de Data Center alternativo, na modalidade Pregão Eletrônico, por menor preço global, e modo de disputa aberto e fechado, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



DATA
02/04/2026




HORÁRIO
15h00min (horário de Brasília – DF)



LOCAL
www.gov.br/compras/pt-br

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEI COMPLEMENTAR Nº 123 14/12/2006	LEI Nº 13.709 14/08/2018
DECRETO Nº 8.538 06/10/2015	LEI Nº 13.303 30/06/2016
DECRETO Nº 8.945 27/12/2016	
LEI Nº 14.133 01/04/2021** **exclusivamente quanto ao rito da licitação, quando não for incompatível com o regime jurídico aplicado às empresas estatais.	IN SEGES/ME Nº 73 30/09/2021*** ***exclusivamente quanto ao rito da licitação, quando não for incompatível com o regime jurídico aplicado às empresas estatais.



Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES, disponível no endereço eletrônico <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos>

DÚVIDAS SOBRE O EDITAL

✉ licitacoes@bndes.gov.br

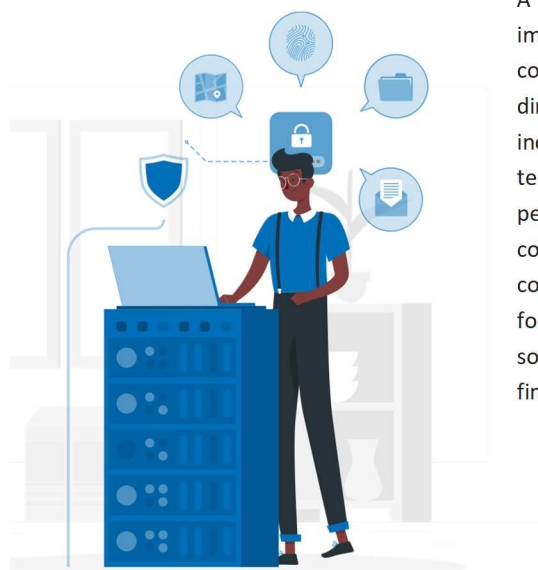
Em até **3 (três)** dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública

ATENÇÃO!

No campo "assunto" do e-mail devem ser inseridos:

- modalidade e
- número da licitação (Pregão Eletrônico nº 009/2026 – BNDES). As respostas serão divulgadas exclusivamente no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras/pt-br>).

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



A participação neste procedimento licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao Licitante, inclusive sócios, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo BNDES, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pelo BNDES dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

DÚVIDAS SOBRE O SISTEMA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Central de Serviços Serpro - CSS

✉ css.serpro@serpro.gov.br

☎ 0800-978-9001

Manual do Portal de Compras

<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais>

CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

Ouvidoria do BNDES

Através de preenchimento do formulário disponível no endereço eletrônico www.bndes.gov.br/ouvidoria

✉ Caixa Postal 15054, CEP nº 20.031-120, Rio de Janeiro – RJ

☎ 0800-7026307

ETAPAS Pregão Eletrônico

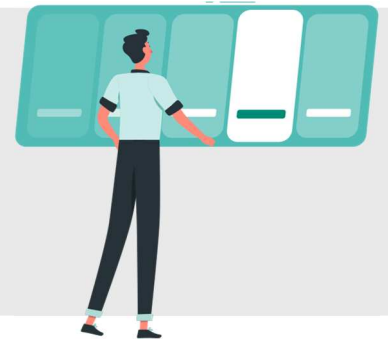


1 CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

Cadastre a sua proposta no Portal de Compras do Governo Federal e preencha as informações solicitadas.

2 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Na data e horário designados se iniciará a fase de lances, em conformidade com os requisitos deste Edital e seus Anexos.

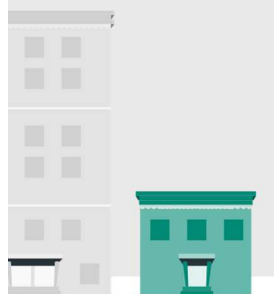


3 ORGANIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

O sistema ordenará automaticamente as propostas.

4 OFERTAS DE LANCES

Você poderá ofertar o seu lance, assim como os demais Licitantes.



5 DIREITO DE PREFERÊNCIA

É garantido, quando cabível, a:

Microempresas e empresas de pequeno porte.

Confira as regras na cláusula 4.7 deste Edital.

6 NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

O Pregoeiro encaminhará uma contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço.



7 PROPOSTA ADEQUADA AO LANCE FINAL

O Licitante de melhor lance apresentará a proposta adequada ao lance final ofertado em até 2h, a contar da solicitação do Pregoeiro.

8 ANÁLISE DOS VALORES

O Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

Se incompatível, será convocado o próximo colocado.



9 ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

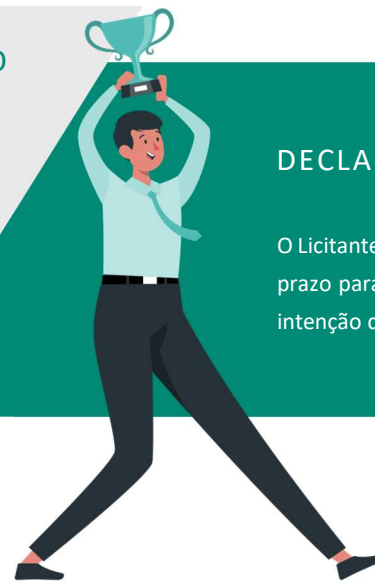
Aceita a proposta, o Pregoeiro analisará a habilitação.

Se incompatível, será convocado o próximo colocado.

Inversão de fases - a análise da habilitação pode ocorrer antes da proposta de valores. Confira a hipótese na cláusula 4.11.1 deste Edital.

DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

O Licitante será declarado vencedor, abrindo-se prazo para que os outros possam manifestar a intenção de recorrer.



1
OBJETO

1.1 O presente Pregão visa à **contratação do serviço de disponibilização de Data Center alternativo**, por **menor preço global** e modo de disputa **aberto e fechado**, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

1.1.1 Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no Compras Governamentais e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as últimas.

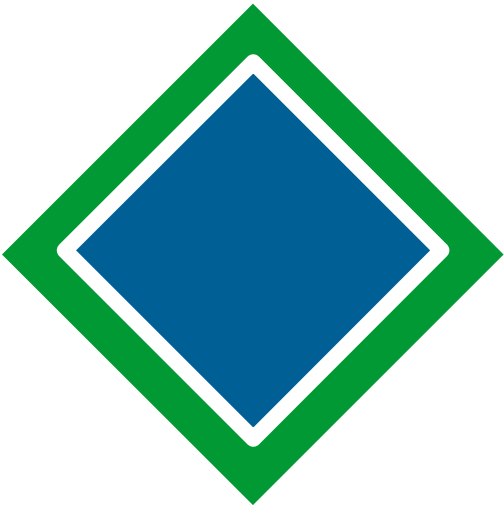
1.1.2 Poderá ser subcontratada parcela dos serviços licitados por este Pregão, observados os limites previstos no item 5 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

2
PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO


2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cadastrados e habilitados parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF que atenderem às exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

2.1.1 A inclusão dos documentos e/ou informações no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF é de inteira responsabilidade do Licitante, podendo ocasionar na sua desclassificação a ausência de qualquer documento exigido neste Edital.


2.2 Os interessados poderão participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpram as condições exigidas para o cadastramento e a habilitação parcial no SICAF, bem como as exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.




2.3 Estará **impedido** de participar deste Pregão o interessado que:




I. tenha sofrido decretação de falência ou dissolução;




II. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, nos termos do artigo 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016;




III. tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a União Federal, nos termos do artigo 38, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, ou esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou do artigo 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;




IV. esteja proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos legais não mencionados nos incisos II e III deste item;



V. se enquadre em alguma das demais vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seu artigo 38;



VI. se enquadre em algumas das vedações previstas na Política para Transações com Partes Relacionadas das Empresas do Sistema BNDES (disponível no endereço eletrônico <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/regulamentos-politicas-corporativas/politica-para-transacoes-com-partes-relacionadas>) e na Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES (disponível no endereço eletrônico <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/outras-politicas-e-regulamentos/politica-genero-diversidade>); e



VII. possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão.

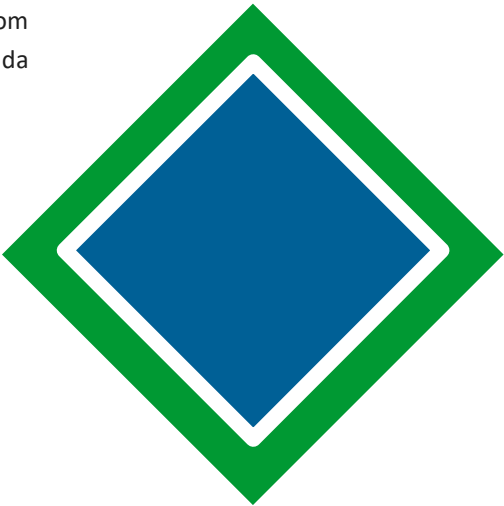
2.3.1 Para fins de cumprimento ao disposto no item 2.3 deste Edital, o Licitante/Consortiado **deverá apresentar**, juntamente com a proposta ajustada, nos termos do item 4.10 deste Edital, declaração conforme modelo A do Anexo V (Modelos de Declaração).

2.4 Será permitida a participação de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos itens a seguir.

2.4.1 O Licitante/Consortiado optante do Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006 não poderá beneficiar-se da condição de optante.

2.4.1.1 Na hipótese do item 2.4.1 deste Edital, uma vez celebrado o Contrato, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.4.2 O Licitante/Consortiado optante do Simples Nacional, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato.



2.4.2.1 Se o Licitante/Consortiado optante do Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ao longo da vigência do Contrato, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5 No âmbito do presente procedimento licitatório serão observadas as disposições constantes do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.6 Os interessados poderão, a seu critério, vistoriar as dependências do BNDES, até 02 (dois) dias antes da data da abertura da sessão pública, com o objetivo de obter todas as informações relativas ao local e às condições de execução do objeto, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

2.7 Será permitida a participação de sociedades organizadas sob a forma de Consórcio, observadas as orientações dispostas nos subitens a seguir.

2.7.1 Será impedida de participar desta licitação a sociedade que participe, ao mesmo tempo, de mais de um Consórcio ou a sociedade que atue, ao mesmo tempo, isoladamente e em Consórcio.






2.7.2 Quaisquer das Consorciadas poderá efetuar a vistoria em nome do Consórcio, desde que o(s) documento(s) exigido(s) para a vistoria seja(m) também assinado(s) pelo preposto da sociedade líder.

2.7.3 As declarações exigidas no momento do cadastro da proposta no Sistema de Compras do Governo Federal somente poderão ser realizadas se todos os Consorciados atenderem a seus termos.

2.7.4 Caberá à sociedade líder a representação do Consórcio, sendo responsável, ainda, por operar este Pregão, praticando, em nome do Consórcio, todos os atos relacionados ao procedimento.

2.7.5 A proposta do Consórcio deverá ser assinada pelo Representante Legal ou Procurador da sociedade líder, e deverá observar o modelo contido no Anexo II – Modelo de Proposta deste Edital.

2.7.6 Deverá ser cadastrado no sistema do Portal de Compras do Governo Federal instrumento, público ou particular, de compromisso de constituição do consórcio, indicando minimamente:



a. a designação do Consórcio, sua composição, bem como seu objeto;

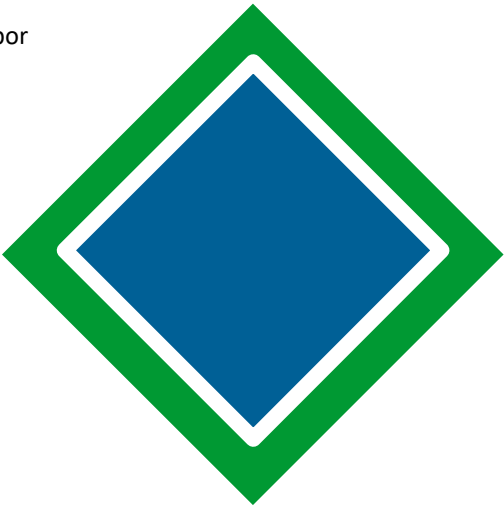
b. a sociedade líder do Consórcio, a quem deverão ser conferidos amplos poderes para representar o Consórcio durante todo o procedimento licitatório e a vigência contratual, bem como administrativa e judicialmente;

c. o prazo de vigência do Compromisso, que deverá estar vinculado à duração do procedimento licitatório;

d. os compromissos, as obrigações, bem como a responsabilidade de cada Consorciado quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo em relação à participação percentual de cada Consorciado;

e. a responsabilidade solidária dos Consorciados pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do procedimento licitatório e do Contrato.

2.7.7 Todos os documentos de habilitação listados no subitem 4.14.1 deste Edital deverão ser comprovados por todos os Consorciados, sob pena de inabilitação do Consórcio, ressalvando-se que:



I. para atendimento da exigência prevista no inciso IX do item 4.14.1 deste Edital, será admitido o somatório do capital social registrado ou do patrimônio líquido de todos os Consorciados, na proporção de sua respectiva participação; e

II. para comprovação da qualificação técnica será admitido o somatório das experiências de cada Consorciado, nos limites previstos no Anexo I – Termo de Referência.

2.7.8 Caso o Consórcio se sagre vencedor, deverá promover, **antes da celebração do Contrato, em até 15 dias úteis a contar da convocação do BNDES**, sua constituição e registro, observadas as disposições do Termo de Compromisso apresentado na licitação, bem como sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

2.7.8.1 Excepcionalmente, mediante solicitação escrita e fundamentada, previamente autorizada pelo **BNDES**, as disposições do Termo de Compromisso que não impactarem o resultado do julgamento poderão ser alteradas no momento da constituição e registro do Consórcio.

3

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1 O interessado em participar deste Pregão deverá, até a abertura da sessão pública, cadastrar sua proposta por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal.

3.2 No âmbito do cadastramento da proposta, o Licitante deverá preencher os campos relativos:



- I. à descrição do objeto ofertado;
- a. a inclusão, no Portal de Compras do Governo Federal, de qualquer dado que identifique o Licitante e/ou qualquer Consorciado, no campo destinado à descrição do objeto ofertado, **acarretará sua desclassificação**;



- II. ao valor global ofertado, de acordo com as seguintes orientações:
- a. devem estar incluídas no referido valor todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado; e
- b. o valor deverá ser expresso em Real (R\$) com 2 (duas) casas decimais;



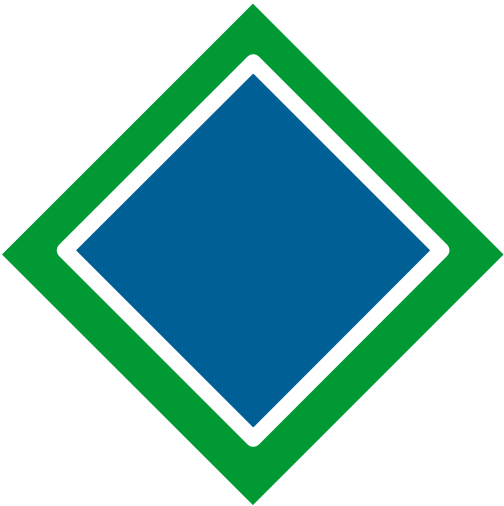
- III. à UASG – 201014 e UF – Rio de Janeiro – RJ;



- IV. a quaisquer outras informações/declarações que venham a ser requeridas pelo Portal de Compras do Governo Federal.

3.3 A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.

3.4 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.



- 3.5** O Licitante poderá retirar ou substituir a proposta inserida no Portal de Compras do Governo Federal até a abertura da sessão pública.
- 3.6** O cadastro da proposta no Portal de Compras do Governo Federal implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.

4

SESSÃO PÚBLICA E FASE RECURSAL

- 4.1** Na data e no horário definidos no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema, observando-se que a verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 4.1.1** Sem prejuízo no disposto no item 4.1, será desclassificada a proposta que identifique o Licitante e/ou apresente valor simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto.



4.2 As comunicações entre o Pregoeiro e os Licitantes serão realizadas por campo próprio do sistema, cabendo aos Licitantes acompanhar todas as operações realizadas no Portal de Compras do Governo Federal durante a sessão pública, sendo responsáveis pelo ônus decorrente da perda de transações, causada pela inobservância das mensagens e prazos registrados pelo sistema e pelo Pregoeiro, ou por sua desconexão.

- 4.3** Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente os Licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- 4.4** Iniciada a etapa de lances, a qual será realizada exclusivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal, deverão ser observadas as seguintes regras:



I. os lances deverão ser formulados considerando o valor global do objeto ofertado;



II. o Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, observando-se o intervalo mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;



III. lances simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto, poderão ser excluídos do sistema pelo Pregoeiro;



IV. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;



V. os lances deverão ser formulados considerando-se a necessidade de cumprimento das obrigações previstas neste Edital e em seus Anexos;





VI. durante a sessão pública os Licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do Licitante;



VII. o Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

4.5 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o Portal de Compras do Governo Federal permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5.1 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o Pregoeiro, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Portal de Compras do Governo Federal.

4.6 Considerando o modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos, após a qual o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

4.6.1 Após a etapa de encerramento aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.6.2 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 4.6.1, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

4.6.3 Nos procedimentos de que tratam os itens 4.6.1 e 4.6.2, o Licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance, observando-se que, ao final, os lances serão ordenados e divulgados pelo sistema.

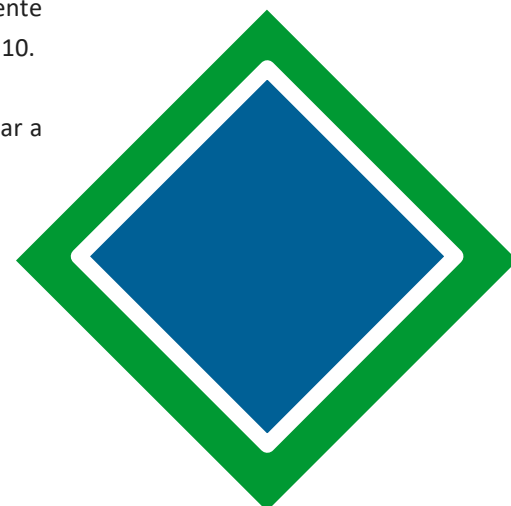
4.7 Considerando o valor estimado da licitação e o disposto no artigo 4º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, não serão aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.8 Em caso de empate entre propostas serão adotados os critérios de desempate previstos no artigo 55 da Lei nº 13.303/2016.

4.9 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará a inexistência dos impedimentos previstos no item 2.3, que deverá ser confirmada em cadastros oficiais de empresas punidas ou sancionadas (tais como: CEIS, CNEP, CNIA e à certidão negativa de licitante inidôneo, emitida pelo TCU), bem como no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) e em sistema interno de consulta a impedimentos, e, estando regular a participação do Licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a melhor oferta, ressalvadas as hipóteses em que a redução possa comprometer a exequibilidade da proposta final ofertada.

4.9.1 Para oferta da contraproposta a que se refere o item acima, o Pregoeiro poderá solicitar previamente ao Licitante a apresentação da proposta adequada ao lance final ofertado, nos termos previstos no item 4.10.

4.9.2 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para que o Licitante ofertante do melhor lance possa avaliar a



possibilidade de redução do último valor ofertado.



4.10 O Licitante ofertante do melhor lance deverá apresentar a proposta adequada ao lance final ofertado, exclusivamente pelo sistema do Portal de Compras do Governo Federal, conforme modelo constante do **Anexo II (Modelo de Proposta)** deste Edital, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogáveis, a critério do **BNDES**.

4.10.1 A proposta deverá identificar o Licitante e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador.

4.10.2 Os valores ofertados na proposta deverão ser expressos em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais.

4.10.3 Devem estar incluídas no valor global ofertado todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado.

4.10.4 O Licitante deverá informar, em sua proposta, no campo “Estabelecimentos vinculados à execução contratual (matriz/filial)” do Anexo II (Modelo de Proposta) deste Edital, o(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual.

4.10.5 Deverá ser anexada à Proposta a Declaração de Inexistência de Impedimentos de Participação prevista no Anexo V deste Edital.

4.10.6 Deverá ser anexada à Proposta a documentação prevista no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

4.11 Após o envio da documentação de proposta, o Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

4.11.1 Nesta ocasião, o Pregoeiro poderá solicitar a documentação de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

4.11.2 Caso sejam exigidos documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF, o Pregoeiro deverá solicitar ao Licitante a apresentação das informações necessárias por intermédio do sistema, no prazo de 2 (horas), a contar da respectiva convocação, permitida a prorrogação, a critério do **BNDES**.

4.11.3 Caso adotado o procedimento previsto no item 4.11.1, a análise definitiva da proposta, em todos os seus requisitos, somente será concluída se verificado o atendimento dos requisitos de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

4.12 Na análise e julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem sua substância da proposta (vícios sanáveis), atribuindo-lhe validade e eficácia, rejeitando aquela:



I. que possuir vícios insanáveis;



II. que não atender às exigências deste Edital e de seus Anexos;



III. cujos valores unitários ou/e global forem superiores aos limites estabelecidos no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital; ou



IV. cujos valores unitários ou/e global forem inexequíveis, observado o disposto no subitem 4.12.1 deste Edital.

4.12.1 Havendo indícios de **inexequibilidade dos valores ofertados**, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

- I. comprovar a exequibilidade, apresentando justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade **dos valores ofertados**; ou
- II. ajustar **os valores ofertados**, apresentando proposta readequada tendo como limite **máximo o valor global ofertado** na proposta e, se for o caso, justificativas para os ajustes realizados.

4.12.2 Os documentos apresentados pelo Licitante ofertante da melhor proposta, a título de ajuste **dos valores ofertados** ou de comprovação de sua exequibilidade, serão encaminhados para análise da Equipe Técnica do **BNDES**, a fim de que possa emitir o competente parecer.

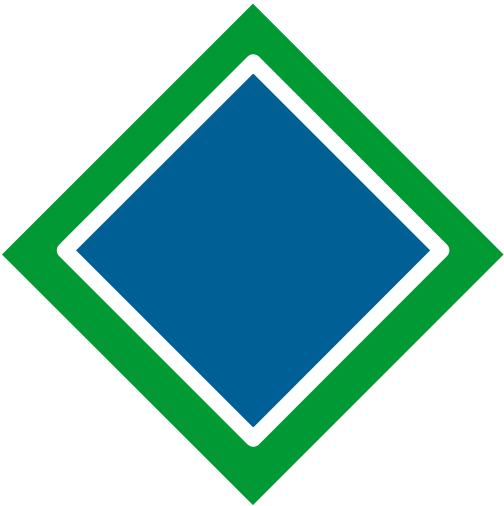
4.13 Recusada a proposta, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

4.14 Aceita a proposta ou adotada a opção prevista no subitem 4.11.1, o Pregoeiro passará à análise de habilitação, observado o procedimento disposto no item 4.11.2.

4.14.1 Para que seja habilitado, o Licitante deverá atender a todas as exigências abaixo listadas e as previstas no item 4.15 deste Edital:

- I. Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, quando se tratar de sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- II. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade a ser desempenhada pela sociedade assim o exigir;
- III. Instrumento Particular de Mandato (Procuração) com firma reconhecida em cartório ou em conjunto com a cédula de identidade ou documento equivalente do signatário, para fins de conferência da sua assinatura ou digitalmente assinada, ou Instrumento Público de Mandato, outorgando expressamente poderes para a prática de todos os atos pertinentes à licitação, nos casos em que o Licitante for representado por Procurador;
- IV. no caso de:

SOCIEDADE EMPRESÁRIA	Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ções), ou a sua última consolidação, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores devidamente registrado;
SOCIEDADE SIMPLES	Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, bem como documento que comprove a indicação de seus administradores;
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

- V. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais, à dívida ativa da União, e às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- VI. certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- VII. certidão de Regularidade perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- VIII. certidão negativa de pedido de falência, expedida na sede da pessoa jurídica;

a) Na hipótese de a sede ser situada em outra localidade que não a Capital do Rio de Janeiro, poderá ser exigido do Licitante que apresente a relação dos Cartórios de Distribuição da Comarca que expede a certidão mencionada neste inciso, emitida pelo órgão competente.

- IX. Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (= ou > 1), observadas as fórmulas a seguir:

LG =

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG =

ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC =

ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

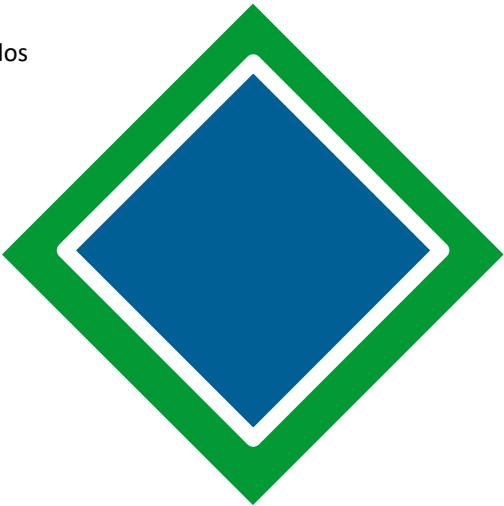
- a) O Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, para cálculo dos referidos índices.
- b) Caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a R\$3.618.829,89 (três milhões, seiscentos e dezoito mil oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos), ressaltando-se, para atendimento desta exigência, o disposto no item 2.7.7 deste Edital.

- X. qualificação técnica, relativa às parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto, nos termos do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;



4.14.2 Caso o Licitante ou Consorciado indique na proposta outro(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual, deverá apresentar, além dos documentos que comprovem a sua própria habilitação, aqueles relativos à habilitação do(s) estabelecimento(s) indicado(s), observando-se que alguns documentos, por sua própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

4.14.3 Em caso de Consórcio, os documentos listados no subitem 4.14.1 devem ser apresentados por todos os Consorciados.



4.15 O Pregoeiro analisará a documentação apresentada, verificando o atendimento às exigências deste Edital e de seus Anexos. Para fins de julgamento da habilitação poderão ser consultados outros sítios da Internet, notadamente sítios oficiais emissores de certidões.

4.15.1 As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias de antecedência da data de sua apresentação.

4.15.2 Caso seja necessária a instauração de diligência para o julgamento da habilitação, os documentos solicitados nesta ocasião deverão ser encaminhados exclusivamente via sistema, dentro do prazo definido pelo Pregoeiro, que não poderá ser inferior a 2 (duas) horas.

4.16 Se o Licitante ou qualquer Consorciado não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

4.17 Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação e verificando-se aceitabilidade da proposta, o Licitante será declarado vencedor do certame, abrindo-se prazo para que os Licitantes possam, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão deste direito.



4.17.1 Admitida pelo Pregoeiro a intenção de recurso, será concedido, ao Licitante que tenha manifestado tal intenção, o prazo de até 3 (três) dias úteis, para apresentar, pelo Portal de Compras do Governo Federal, as razões recursais, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo para a apresentação das razões recursais.

4.17.2 A vista dos autos do processo desta licitação referente aos documentos que não estão no sistema do Portal de Compras do Governo Federal deverá ser solicitada à Gerência de Licitações e Contratos 3 do **BNDES**, pelo e-mail licitacoes@bndes.gov.br.

4.17.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la. Neste último caso, o Pregoeiro deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, submeter o recurso, devidamente informado, à apreciação da Autoridade Superior, que deverá promover sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

4.17.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

4.18 A sessão pública será encerrada depois de declarado o vencedor e transcorrido o prazo para manifestação de intenção de recorrer. Não havendo registro de intenção de recurso, o objeto da licitação poderá ser adjudicado ao Licitante vencedor.

5 ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1 Definido o Licitante vencedor, o objeto licitado lhe será adjudicado, estando a licitação sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação, bem como a legalidade dos atos praticados.

5.2 A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

5.2.1 Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido aos Licitantes prazo para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.2 O contraditório prévio mencionado no item acima poderá ser dispensado caso o fato gerador da



revogação ou anulação não seja imputado aos Licitantes.

6 SANÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1 O Licitante e/ou Consorciado cuja conduta esteja prevista em um dos incisos do artigo 84 da Lei nº 13.303/2016 ficará sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

6.2 Somente será aplicada sanção mediante procedimento administrativo punitivo licitatório, na forma do Regulamento de Licitações do Sistema **BNDES**, pelo qual será assegurado prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e a ampla defesa.

6.3 A decisão será comunicada por escrito ao Licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

6.4 No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

7 CONTRATAÇÃO

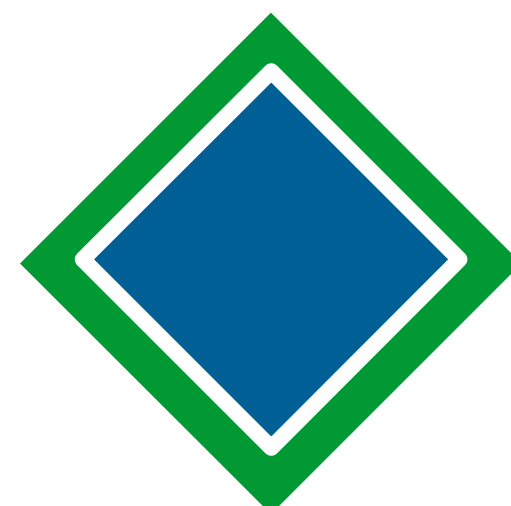
7.1 Homologada a licitação, o **BNDES** convocará o vencedor do certame, por e-mail, para apresentar, no prazo definido pelo **BNDES** no momento da convocação:

I. em caso de consórcio, o contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante o **BNDES**;

7.2 O Contrato, cuja minuta encontra-se no Anexo III (Minuta de Contrato) deste Edital, deverá ser assinado pelo Licitante vencedor com certificação digital ICP-Brasil, no prazo definido pelo **BNDES** no momento da convocação, quando convocado pelo **BNDES** por e-mail, sob pena de perder o direito à contratação.

7.3 Será solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.

7.4 Na hipótese de recusa ou inércia do Licitante na apresentação dos documentos listados nos itens 7.1 e 7.2 deste Edital, a sessão pública poderá ser retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que atendidos os requisitos de proposta e habilitação, nos termos do item 4.17, para assinatura do contrato, no mesmo prazo e nas mesmas condições propostas, inclusive quanto aos preços, pelo Licitante que deixou de atender a convocação.



8

INFORMAÇÕES ADICIONAIS



8.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até **3 (três)** dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública.

8.1.1 A impugnação deverá ser encaminhada à Gerência de Licitações e Contratos 3 do **BNDES**, pelo e-mail licitacoes@bndes.gov.br, devendo ser informado, no campo “assunto”, a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico nº 009/2026 – **BNDES**).

8.1.2 Caberá ao Pregoeiro julgar a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

8.1.3 A ata de julgamento de impugnação será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br), para ciência de todos os interessados.

8.2 O **BNDES** reserva-se o direito de alterar os termos deste Edital. A alteração que afetar a formulação das propostas implicará a reabertura do prazo para a apresentação das mesmas.



8.3 É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a ser registrada em ata, com a finalidade de esclarecer, corrigir ou complementar a instrução do processo, inclusive com a possibilidade de inclusão de documentos necessários para confirmação da compatibilidade da oferta com as exigências do Edital, adotando-se o princípio do formalismo moderado.

8.4 A qualquer tempo o **BNDES** poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.

8.5 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses do **BNDES**, bem como à finalidade e à segurança da contratação.

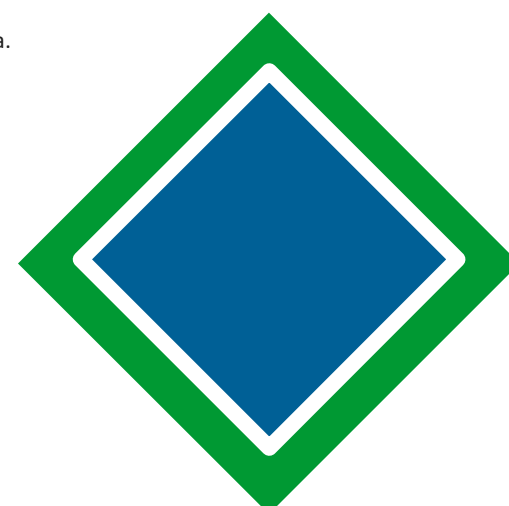
8.6 Caso exigida tradução de documentos apresentados em língua estrangeira, está se dará na forma livre, facultando-se ao **BNDES** a exigência de tradução juramentada, apostilamento ou consularização do(s) documento(s) como condição para a assinatura do contrato.

8.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:

- I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente no **BNDES**.

8.8 Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:

- I. se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
- II. os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.



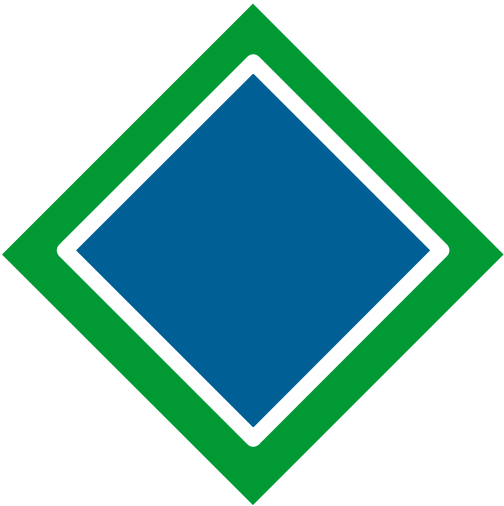
8.9 O andamento da licitação poderá ser acompanhado por qualquer interessado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

8.10 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2026.

Lara Godoy dos S.F.
Rodrigues
Gerente AJI/JULIC/GLIC3

Raphael Domingues de Moraes
Zyngier
Chefe de Departamento AJI/JULIC



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 - BNDES
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)

1. OBJETO

- 1.1. **Serviço de disponibilização de Data Center (DC) alternativo**, compreendendo as etapas de implantação e migração entre DCs, bem como a operação do ambiente, sendo esta última prestada pelo prazo de 60 meses.

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. A Contratada deverá prestar todo o conjunto de serviços que compõe o objeto da contratação, nas características e tempos descritos neste documento. Quaisquer divergências entre as características exigidas e as ofertadas deverão ter aprovação prévia do BNDES.
- 2.2. A sede do BNDES fica localizada no Edifício EDSERJ, na Avenida República do Chile, no 100, Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-917.
- 2.3. O DC principal do BNDES fica localizado no piso S2 do EDSERJ.
- 2.4. O serviço de DC alternativo atualmente contratado pelo BNDES é prestado pela empresa Takoda *Data Centers*, na Estrada dos Bandeirantes, 10916, Vargem Pequena – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.783-111.
- 2.5. Caberá à Contratada prover, sem ônus adicional para o BNDES, profissionais qualificados e em quantidade suficiente para realizarem todas as atividades necessárias para que todos os serviços sejam providos de forma adequada e com qualidade, zelando pela segurança deles no trabalho.
- 2.6. Caberá à Contratada seguir todas as normas técnicas aplicáveis aos serviços prestados.
- 2.7. Caberá à Contratada prover, sem ônus adicional para o BNDES, infraestrutura, equipamentos, ferramentas, insumos e demais materiais necessários para prestação dos serviços, em quantidade e características adequadas para que todos os serviços sejam providos com qualidade.
- 2.8. Caberá à Contratada fornecer, quando solicitado pelo BNDES, qualquer informação relacionada aos serviços prestados.
- 2.9. O BNDES poderá convocar reunião para tratar de assuntos relacionados aos serviços sempre que identificar necessidade.
- 2.9.1. A reunião poderá ser presencial ou remota (via Internet), a critério do BNDES.
- 2.9.2. O preposto da Contratada deverá participar da reunião.
- 2.10. A Contratada será responsável pela integridade física dos ativos de propriedade do BNDES localizados fisicamente em suas instalações, devendo adotar procedimentos para garantir a segurança desses ativos.
- 2.11. Caberá à Contratada conceder acesso às suas instalações físicas, inclusive as de uso compartilhado, quando solicitado pelo BNDES, para fins de auditoria dos serviços prestados.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 2.12. Será de total responsabilidade da Contratada o gerenciamento das configurações e dos *softwares/firmwares* de seus equipamentos relacionados à prestação dos serviços.
- 2.12.1.A Contratada deverá monitorar durante toda a vigência do contrato a publicação de disponibilização de novas versões de correção dos *softwares/firmwares* de seus equipamentos relacionados à prestação dos serviços. Ao identificar a disponibilidade de nova versão de correção a Contratada deverá comunicar o BNDES.
- 2.12.2.O BNDES poderá solicitar a atualização de versões de correção de *softwares/firmwares* de equipamentos da Contratada relacionados à prestação dos serviços da Fase de Operação, devendo a Contratada realizar a atualização em prazo de até 30 dias corridos.
- 2.13. Caberá à Contratada monitorar todos os serviços prestados, em frequência e forma suficientes para identificar eventos de indisponibilidades, anomalias e quedas de qualidade.
- 2.13.1.Ao identificar quaisquer eventos desses tipos a Contratada deverá registrar chamado correspondente, solicitando averiguação e resolução do problema identificado.
- 2.13.2.A Contratada deverá prover e implantar procedimentos operacionais para tratamento de eventos desses tipos, a fim de restaurar a qualidade dos serviços afetados.
- 2.14. A Contratada deverá tomar as providências necessárias para que quaisquer empresas de telecomunicações possam realizar serviços relacionados ao BNDES no novo DC alternativo. Nesse contexto, a Contratada não poderá onerar as empresas de telecomunicações ou o BNDES.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 3.1. Caberá à Contratada prestar os serviços listados no Catálogo de Serviços (ver seção 4) e descritos nesta seção 3.
- 3.1.1. Os serviços a serem prestados estão divididos em duas fases: Implantação e Operação.
- 3.1.2. A prestação dos serviços inicia com a Fase de implantação e, ao ser concluída, começa a Fase de operação.
- 3.1.3. A descrição dos serviços está organizada em dois grupos, correspondentes às duas fases de prestação.

3.2. Fase de implantação

3.2.1. Condições gerais

- 3.2.1.1. Os serviços no escopo da Fase de implantação estão descritos nesta seção 3.2, sendo eles:
- 3.2.1.1.1. Preparação para fase de operação.
- 3.2.1.1.2. Planejamento da migração.
- 3.2.1.1.3. Migração.
- 3.2.1.2. A Contratada deverá prestar os serviços da Fase de implantação, iniciando a prestação conforme as condições descritas na seção 12.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.2.1.3. O serviço de Preparação para fase de operação deverá ser concluído dentro do prazo de até 60 dias corridos após o início da sua prestação.
- 3.2.1.4. O serviço de Planejamento da migração deverá ser concluído dentro do prazo de até 60 dias corridos após o início da sua prestação.
- 3.2.1.5. O serviço de Migração deverá ser concluído no prazo de até 30 dias corridos após o início da sua prestação.
- 3.2.1.6. A critério do BNDES, esses prazos podem ser estendidos.
- 3.2.1.7. Para cada um dos serviços da Fase de implantação, ao considerar que concluiu o serviço, a Contratada deverá comunicar tal fato ao BNDES, apresentando relatório técnico com detalhamento do serviço prestado. O BNDES deverá então analisar em até 5 dias úteis se há pendências.
- 3.2.1.7.1. Não havendo pendências, o BNDES confirmará a conclusão do serviço, emitindo um **Termo de Recebimento Provisório** para o serviço concluído.
- 3.2.1.7.2. Havendo pendências, o BNDES deverá informar à Contratada as pendências identificadas. O BNDES poderá exigir que a Contratada resolva as pendências como requisito para a confirmação de conclusão do serviço, devendo a Contratada realizar a resolução das pendências dentro do prazo estabelecido para conclusão do serviço.
- 3.2.1.8. A prestação do serviço de Migração deverá iniciar somente e imediatamente quando tiverem sido emitidos os **Termos de Recebimento Provisório** para o serviço de Preparação para fase de operação e o serviço de Planejamento da Migração.
- 3.2.1.9. Após a emissão dos termos de recebimento provisórios de todos os serviços da Fase de implantação, o BNDES deverá emitir o **Termo de Recebimento Definitivo da Fase de Implantação**.
- 3.2.1.10. As condições para pagamento pela prestação dos serviços da Fase de implantação estão definidas na seção 16.
- 3.2.2. Preparação para fase de operação
- 3.2.2.1. A Contratada deverá se preparar para prestar todos os serviços da Fase de operação, como descritos na seção 3.3.
- 3.2.2.2. A preparação deverá envolver todos os aspectos necessários para que os serviços da Fase de operação estejam prontos para serem prestados plenamente quando a Fase de operação iniciar, incluindo:
- 3.2.2.2.1. Alocação de equipes.
- 3.2.2.2.2. Alocação de ferramentas.
- 3.2.2.2.3. Definição de procedimentos de operação.
- 3.2.2.2.4. Alocação e adequação de espaços físicos, incluindo: área de armazenamento temporário de equipamentos e área de *colocation*.
- 3.2.2.2.5. Instalação, adequação e configuração de equipamentos, incluindo os relacionados a: controle de acesso de pessoas; gravação de imagens; detecção de fumaça e combate a incêndio; rede metropolitana; e rede de acesso à Internet.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

3.2.2.2.6. Monitoramento de todos os serviços a serem prestados, incluindo todos os parâmetros utilizados para averiguação de níveis de serviço.

3.2.2.2.7. Fornecimento e instalação na área de *colocation* de circuitos elétricos, cabos ópticos, cabos metálicos e *racks*, de acordo com o levantamento realizado pelo serviço de Planejamento da Migração (descrito na seção 3.2.3) e de acordo com as quantidades iniciais informadas na Reunião Preliminar (descrita na seção 12).

3.2.2.3. Todos os equipamentos, sistemas e procedimentos devem ser testados, validando que estão funcionando corretamente e de acordo com as exigências dos serviços relacionados.

3.2.2.4. A Contratada deverá nomear um coordenador para o serviço de Preparação para fase de operação, devendo comunicar ao BNDES seus dados de contato. Esse coordenador deverá ser o responsável por todas as atividades desse serviço e deverá ser o ponto focal de comunicação com o BNDES sobre esse assunto.

3.2.2.4.1. O coordenador desse serviço não poderá ser preposto da Contratada.

3.2.2.5. O coordenador do serviço de Preparação para fase de operação deverá trabalhar em cooperação com o coordenador do serviço de Planejamento da Migração, de forma a garantir que o planejamento da migração tenha seus requisitos relacionados ao novo DC alternativo atendidos.

3.2.2.6. O coordenador do serviço de Preparação para fase de operação deverá emitir semanalmente relatório de acompanhamento, informando: atividades realizadas na semana de referência, atividades em andamento, atividades suspensas por aguardarem algum requisito, atividades não iniciadas, riscos identificados e data prevista para conclusão do serviço.

3.2.2.7. O BNDES poderá convocar reunião para tratar de assuntos relacionados a esse serviço sempre que identificar necessidade, sendo obrigatória a presença do coordenador desse serviço.

3.2.2.8. A Contratada deverá emitir relatório técnico, descrevendo as atividades de preparação realizadas e demonstrando aptidão da Contratada para prestação de cada serviço da Fase de operação.

3.2.3. Planejamento da migração

3.2.3.1. A Contratada deverá planejar a migração de equipamentos em operação na área de *colocation* e mídias, do DC alternativo atual do BNDES (DC da Takoda) para o DC da Contratada, que passará a ser o novo DC alternativo do BNDES, a fim de atingir o objetivo do serviço de Migração (ver seção 3.2.4).

3.2.3.2. A lista de equipamentos em operação no DC alternativo atual consta no **Anexo I.A – Informações de Equipamentos**. Essa lista poderá sofrer pequenas variações até o momento da migração.

3.2.3.3. O planejamento deverá incluir as seguintes atividades:

3.2.3.3.1. Levantamento de dados:

3.2.3.3.1.1. Equipamentos, incluindo: marca, modelo, dimensões e peso.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.2.3.3.1.2. *Racks*, incluindo: ocupação, placas de vedação frontal e bandejas removíveis.
- 3.2.3.3.1.3. Circuitos elétricos, incluindo: tipo de cabo, tipo de conectores e pontos de conexão.
- 3.2.3.3.1.4. Cabos de dados (ópticos e metálicos), incluindo: tipo do cabo, tipo de conectores e pontos de ligação.
- 3.2.3.3.1.5. Mídias.
- 3.2.3.3.2. Identificação (com identificador único) e documentação de: equipamentos, *racks*, circuitos elétricos, cabos de dados e mídias.
- 3.2.3.3.3. Avaliação para cada equipamento: se deverá haver desmontagem, limitações de empilhamento, limitações de inclinação, limitações de vibração e limitações de impacto.
 - 3.2.3.3.3.1. A Contratada deverá obter informações, junto aos fabricantes dos equipamentos, a respeito de procedimentos e cuidados necessários nas etapas de desmontagem, movimentação, embalagem, transporte e remontagem, de forma a não impactar garantias de fábrica dos equipamentos.
- 3.2.3.3.4. Avaliação de recipientes necessários para transporte de mídias.
- 3.2.3.3.5. Avaliação de tipos e quantidades de embalagens que serão necessários, incluindo proteção contra poeira, vibração e impacto.
- 3.2.3.3.6. Acompanhamento do teste de desligamento prévio.
 - 3.2.3.3.6.1. O teste de desligamento prévio tem o objetivo de validar que todos os equipamentos na área de *colocation* do atual DC alternativo do BNDES podem ser desligados e religados sem afetar seu funcionamento.
 - 3.2.3.3.6.2. O BNDES deverá ser o responsável pelo planejamento, agendamento e execução desse teste.
 - 3.2.3.3.6.3. Os equipamentos deverão ser mantidos desligados por pelo menos 30 minutos. Em seguida, eles devem ser religados.
 - 3.2.3.3.6.4. O teste deverá ser realizado presencialmente no DC alternativo atual em até 30 dias corridos após o início da prestação dos serviços da Fase de implantação.
 - 3.2.3.3.6.5. O BNDES deverá informar à Contratada a data de execução, com antecedência mínima de 2 dias úteis.
 - 3.2.3.3.6.6. A Contratada deverá acompanhar presencialmente o teste, como observadora.
- 3.2.3.3.7. Avaliação de riscos e possíveis meios de mitigação.
- 3.2.3.3.8. Identificação de possíveis “gargalos” para a execução, com avaliação de alterações no plano, tentando minimizar o tempo total de execução.
- 3.2.3.3.9. Análise de todas as atividades relacionadas à migração.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.2.3.4. A Contratada deverá nomear um coordenador para o serviço de Planejamento da Migração, devendo comunicar ao BNDES seus dados de contato. Esse coordenador deverá ser o responsável por todas as atividades desse serviço e deverá ser o ponto focal de comunicação com o BNDES sobre esse assunto.
- 3.2.3.4.1. O coordenador desse serviço não poderá ser preposto da Contratada.
- 3.2.3.5. O coordenador do serviço de Planejamento da Migração deverá trabalhar em cooperação com o coordenador do serviço de Preparação para fase de operação, de forma a garantir que o planejamento da migração tenha seus requisitos relacionados ao novo DC alternativo atendidos.
- 3.2.3.6. O coordenador do serviço de Planejamento da Migração deverá emitir semanalmente relatório de acompanhamento, informando: atividades realizadas na semana de referência, atividades em andamento, atividades suspensas por aguardarem algum requisito, atividades não iniciadas, riscos identificados e data prevista para conclusão do serviço.
- 3.2.3.7. O BNDES poderá convocar reunião para tratar de assuntos relacionados a esse serviço sempre que identificar necessidade, sendo obrigatória a presença do coordenador desse serviço.
- 3.2.3.8. A Contratada deverá emitir relatório técnico, descrevendo as atividades realizadas e demonstrando ter realizado um planejamento adequado aos objetivos desse serviço.
- 3.2.3.9. A Contratada deverá emitir documento contendo o plano de como realizar a migração, doravante denominado **Plano de Migração**, que deverá necessariamente descrever:
- 3.2.3.9.1. Posicionamento na área de *colocation*:
- 3.2.3.9.1.1. Posicionamento de *racks* na área de *colocation*.
- 3.2.3.9.1.2. Posicionamento de barreiras de vedação em laterais dos corredores frios não ocupadas.
- 3.2.3.9.1.3. Posicionamento de equipamentos dentro dos *racks*.
- 3.2.3.9.1.4. Posicionamento de cabos de dados ópticos e metálicos, incluindo tipo, pontos de conexão, caminhos e uso de calhas de organização.
- 3.2.3.9.1.5. Posicionamento de circuitos elétricos, incluindo tipo, pontos de conexão, caminhos e uso de calhas de organização.
- 3.2.3.9.2. Etapas da migração, incluindo:
- 3.2.3.9.2.1. Desligamento dos equipamentos. Essa etapa deverá ser realizada pelo BNDES, com acompanhamento da Contratada.
- 3.2.3.9.2.2. Desconexão dos circuitos elétricos. Essa etapa deverá ser realizada pela Takoda, a pedido do BNDES, com acompanhamento da Contratada.
- 3.2.3.9.2.3. Desconexão de cabos de dados ópticos e metálicos. Essa etapa deverá ser realizada pela Takoda, a pedido do BNDES, com acompanhamento da Contratada.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.2.3.9.2.4. Desmontagem de equipamentos.
 - 3.2.3.9.2.5. Movimentação de equipamentos e mídias para local de embalagem.
 - 3.2.3.9.2.6. Limpeza.
 - 3.2.3.9.2.7. Embalamento.
 - 3.2.3.9.2.8. Movimentação para meio de transporte.
 - 3.2.3.9.2.9. Transporte em vias públicas.
 - 3.2.3.9.2.9.1. O itinerário deverá ser planejado, considerando-se evitar áreas com alto risco de: alagamento, desmoronamento ou roubo.
 - 3.2.3.9.2.9.2. O meio de transporte deverá ser um ou mais caminhões com carroceria fechada do tipo baú, devendo a altura do caminhão ser compatível com eventuais limitações impostas pelo itinerário planejado.
 - 3.2.3.9.2.9.3. No caso de uso de mais de um caminhão, o transporte deverá ser realizado ao mesmo tempo, em comboio.
 - 3.2.3.9.2.9.4. O transporte em vias públicas deverá iniciar após o horário de 10:00 e terminar antes do horário de 16:00, sendo que em vias públicas: não deverá ser realizado estacionamento; não deverá haver embarque ou desembarque de pessoas no caminhão; e não deverá haver abertura da carroceria.
 - 3.2.3.9.2.9.5. Deve ser montado plano alternativo para cenário adverso de mau funcionamento de caminhão, que impeça o transporte.
 - 3.2.3.9.2.9.6. A critério do BNDES, algumas dessas exigências poderão ser desconsideradas.
 - 3.2.3.9.2.10. Movimentação para sala de armazenamento temporário de equipamentos no novo DC alternativo.
 - 3.2.3.9.2.10.1. Desembalamento, com definição de forma adequada de descarte de embalagens.
 - 3.2.3.9.2.11. Movimentação para área de *colocation*.
 - 3.2.3.9.2.12. Montagem.
 - 3.2.3.9.2.13. Conexão de cabos de dados.
 - 3.2.3.9.2.14. Conexão de circuitos elétricos.
 - 3.2.3.9.2.15. Religamento. Essa etapa deverá ser realizada pelo BNDES, com acompanhamento da Contratada.
 - 3.2.3.9.2.16. Verificação. Essa etapa deverá ser realizada pelo BNDES, com acompanhamento da Contratada.
- 3.2.3.10. Pessoas necessárias, incluindo para cada uma:
- 3.2.3.10.1. Papel de atuação.
 - 3.2.3.10.2. Momento de atuação.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

3.2.3.10.3. Ferramentas a serem usadas.

3.2.3.11. Cronograma de todas as etapas.

3.2.3.12. Lista de atividades e validações (*checklist*), em ordem cronológica, para uso efetivo de controle durante a migração.

3.2.4. Migração

3.2.4.1. A Contratada deverá executar a migração de equipamentos em operação na área de *colocation* e mídias, do DC alternativo atual do BNDES (DC da Takoda) para o DC da Contratada, que passará a ser o novo DC alternativo do BNDES, com o objetivo de ter ao fim da migração as mesmas condições dos equipamentos, tanto de funcionamento como de intercomunicação entre eles.

3.2.4.2. A Contratada deverá nomear um coordenador para o serviço de Migração, devendo comunicar ao BNDES seus dados de contato. Esse coordenador deverá ser o responsável por todas as atividades desse serviço e deverá ser o ponto focal de comunicação com o BNDES sobre esse assunto.

3.2.4.2.1. O coordenador desse serviço não poderá ser preposto da Contratada.

3.2.4.3. A Contratada será responsável pela integridade física dos ativos de propriedade do BNDES durante a migração, devendo adotar procedimentos para garantir a segurança desses ativos.

3.2.4.3.1. Caso haja necessidade de acompanhamento de fabricantes dos equipamentos, conforme identificado no serviço de Planejamento da Migração, a Contratada deverá providenciar tais acompanhamentos, sem ônus adicional para o BNDES.

3.2.4.3.2. A Contratada deverá contratar seguro contra roubo durante o transporte em vias públicas.

3.2.4.3.3. A Contratada deverá prover escolta armada durante o transporte em vias públicas.

3.2.4.4. Deverá ser seguido o Plano de Migração, elaborado previamente pelo serviço de Planejamento da migração.

3.2.4.4.1. Em caso de ocorrência de adversidades durante a execução da migração, que impeçam a execução conforme descrito no Plano de Migração, a Contratada deverá analisar a situação, adotar medidas de contenção de danos e replanejar as atividades, em conjunto com o BNDES, sempre buscando atingir de forma segura o objetivo desse serviço.

3.2.4.4.2. O BNDES poderá alterar o Plano de Migração, a qualquer momento, a seu critério.

3.2.4.5. O início da execução da migração deverá ocorrer em data a ser agendada.

3.2.4.5.1. O início de atividades deverá ocorrer em uma quinta-feira às 09:00. A critério do BNDES, essa restrição poderá ser desconsiderada.

3.2.4.5.2. A data de início não poderá ser antes de 22/06/2026. A critério do BNDES, essa data limite poderá ser adiantada.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.2.4.5.3. A Contratada deverá propor uma data para iniciar o serviço, que deverá ser aprovada pelo BNDES.
- 3.2.4.5.3.1. Em caso de não aprovação, o BNDES deverá informar à Contratada o período de dias em que a execução não deverá iniciar, devendo excepcionalmente não considerar esse período como tempo decorrido de execução do serviço de migração.
- 3.2.4.6. A Contratada deverá informar ao BNDES antes do transporte em vias públicas: marca, modelo e placa dos caminhões a serem utilizados; nome, número de documento de identidade e número de telefone celular dos motoristas.
- 3.2.4.7. O BNDES deverá acompanhar a execução, validando a conclusão de cada etapa.
- 3.2.4.7.1. Caso o BNDES identifique alguma pendência na execução de alguma etapa, ele deverá comunicar a Contratada. O BNDES poderá exigir que a Contratada resolva as pendências antes de prosseguir para as etapas seguintes.
- 3.2.4.8. Todas as etapas após o desligamento de equipamentos e antes do religamento de equipamentos deverão ser realizadas em no máximo 72 horas corridas.
- 3.2.4.9. Ao validar a conclusão das etapas anteriores à de religamento de equipamentos, o BNDES deverá comunicar à Contratada tal fato. A Contratada deverá então iniciar imediatamente, de forma preliminar, pelo período de 14 dias corridos, a prestação dos serviços descritos para a Fase de operação.
- 3.2.4.9.1. Tal prestação de serviço deverá ser considerada parte integrante do serviço de Migração da Fase de implantação.
- 3.2.4.9.2. Durante esse período o BNDES deverá executar as etapas de religamento de equipamentos e de verificação.
- 3.2.4.9.2.1. A Contratada deverá acompanhar o religamento de equipamentos.
- 3.2.4.9.2.2. No religamento de qualquer equipamento, caso seja identificada falha física não identificada previamente, que comprometa o seu funcionamento correto, será considerado que a falha foi causada em decorrência da execução da migração, cabendo à Contratada providenciar o conserto ou substituição do equipamento, sem ônus adicional ao BNDES.
- 3.2.4.9.3. Durante esse período a Contratada deverá continuamente verificar o funcionamento de seus equipamentos, sistemas e procedimentos relacionados à prestação dos serviços, corrigindo eventuais problemas identificados.
- 3.2.4.10. Ao término do período acima descrito, o BNDES deverá emitir o **Termo de Recebimento Provisório do serviço de Migração** e o **Termo de Recebimento Definitivo da fase de implantação**, encerrando a Fase de implantação e iniciando imediatamente a Fase de operação. A partir desse momento, eventuais problemas existentes deverão ter chamados correspondentes abertos, devendo ser tratados como parte da Fase de operação.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

3.3. Fase de operação

3.3.1. Condições gerais

3.3.1.1. Os serviços no escopo da Fase de operação estão descritos nessa seção 3.3, sendo eles:

- 3.3.1.1.1. Infraestrutura de DC.
- 3.3.1.1.2. *Colocation*.
- 3.3.1.1.3. Cabos de dados.
- 3.3.1.1.4. *Racks*.
- 3.3.1.1.5. Energia elétrica.
- 3.3.1.1.6. Rede metropolitana.
- 3.3.1.1.7. Rede de acesso à Internet.
- 3.3.1.1.8. Gestão e custódia de mídias.

3.3.1.2. A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços da Fase de Operação imediatamente após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo da Fase de Implantação**.

3.3.1.3. A Contratada deverá prestar todos os serviços da Fase de operação de forma contínua, sem interrupção, em regime de 24 horas por dia e 7 dias por semana.

3.3.1.4. Os serviços de cabos de dados e racks deverão ser prestados sob demanda.

3.3.1.5. O fornecimento de cabos ópticos, cabos metálicos, racks e energia elétrica (kWh) deverão respeitar os respectivos limites mínimos e máximo definidos no Catálogo de Serviços.

3.3.1.6. Os serviços de cabos de dados, racks e energia elétrica terão valores variáveis, calculados de acordo com as métricas específicas de cada serviço e seus respectivos valores definidos na proposta.

3.3.1.7. Os demais serviços terão valores mensais fixos, de acordo com os valores definidos na proposta.

3.3.1.8. O serviço de Gestão e custódia de mídias será opcional para o BNDES, devendo ser prestado somente se solicitado pelo BNDES.

3.3.1.8.1. A solicitação poderá ocorrer durante a Fase de Implantação ou durante a Fase de operação, devendo ocorrer dentro do prazo de até 3 anos após o início da Fase de operação.

3.3.1.8.2. Ao receber a solicitação do BNDES, a Contratada deverá:

3.3.1.8.2.1. Preparar a sala de armazenamento de mídias, preparar procedimentos operacionais e alocar pessoal.

3.3.1.8.2.2. Comunicar o BNDES do início da prestação do serviço.

3.3.1.8.2.2.1. A prestação do serviço deverá iniciar em até 60 dias corridos após a solicitação.

3.3.1.8.3. O BNDES poderá solicitar o encerramento da prestação desse serviço, desde que a solicitação seja feita com antecedência mínima

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

de 30 dias corridos e que o tempo total de prestação desse serviço seja de no mínimo 1 ano.

3.3.1.8.4. O pagamento por esse serviço se aplicará apenas durante o período em que o serviço estiver sendo prestado.

3.3.1.9. Durante a Fase de operação, ao fim de cada mês do calendário civil, a Contratada deverá emitir o **Relatório de Acompanhamento Mensal**, referente ao mês recém-encerrado, de acordo com a descrição na seção 15.

3.3.1.10. As condições para pagamento pela prestação dos serviços da Fase de operação estão definidas na seção 16.

3.3.2. Infraestrutura de DC

3.3.2.1. Deverá ser prestado o serviço de infraestrutura de DC, composto de:

3.3.2.1.1. Estrutura predial.

3.3.2.1.2. Área de armazenamento temporário.

3.3.2.1.3. Infraestrutura de geração e distribuição de energia elétrica.

3.3.2.1.4. Controle de temperatura, umidade relativa e partículas do ar.

3.3.2.1.5. Detecção de fumaça e combate a incêndio.

3.3.2.1.6. Controle de acesso de pessoas.

3.3.2.1.7. Gravação de imagens.

3.3.2.1.8. Tratamento de chamados.

3.3.2.2. Estrutura predial

3.3.2.2.1. O serviço de infraestrutura de DC deverá ser prestado em um complexo predial único, localizado a no mínimo 2km e no máximo 40km de distância do DC principal do BNDES. Essas distâncias deverão ser medidas “em linha reta”, sem se considerar vias de transporte, edificações ou terreno.

3.3.2.2.2. O complexo predial deverá ter proteção de perímetro externo, como muro ou grade, com acesso permitido apenas por portaria, com cancela ou portão.

3.3.2.2.3. Deverá haver pelo menos 3 vagas de estacionamento para veículos de visitantes, internas ao complexo predial, não necessariamente exclusivas para o BNDES.

3.3.2.2.4. Deverá haver pelo menos 3 posições de trabalho para visitantes, internas ao complexo predial, não necessariamente exclusivas para o BNDES.

3.3.2.2.4.1. Cada posição deve ter: cadeira e local para apoio de *notebook*.

3.3.2.3. Área de armazenamento temporário

3.3.2.3.1. Deverá haver uma área de armazenamento temporário a ser utilizada para facilitar entrada e saída de equipamentos do DC.

3.3.2.3.2. A área poderá ser de uso exclusivo do BNDES ou compartilhada. Se for de uso exclusivo do BNDES, a área deverá ter no mínimo 10m².

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

Se for compartilhada, a área deverá ter no mínimo 20m², podendo ser provida em único ambiente ou estar dividida em até 2 ambientes, cada um com no mínimo 6m².

- 3.3.2.3.3. A área deverá ter altura de no mínimo 2,8m.
 - 3.3.2.3.4. A área deverá ser fechada e coberta, protegida contra chuva, vento e poeira.
 - 3.3.2.3.5. A movimentação de entrada e saída de equipamentos na área poderá ser realizada apenas pela Contratada.
 - 3.3.2.3.6. Cada saída de equipamento do BNDES da área deverá ser previamente autorizada pelo BNDES.
 - 3.3.2.3.7. A Contratada deverá registrar todas as entradas e as saídas de equipamentos dessa área, incluindo: pessoa responsável pela movimentação, momento da movimentação e descrição do equipamento.
 - 3.3.2.3.8. Essa área deverá permitir embalagem e desembalamento de equipamentos. Opcionalmente, poderá ser definida uma área alternativa para esse fim, desde que não seja na sala que contenha a área de *colocation*.
 - 3.3.2.3.9. Cada equipamento poderá permanecer nessa área por no máximo 30 dias corridos.
 - 3.3.2.3.10. A movimentação de equipamentos entre a área de armazenamento e a área de *colocation*, em qualquer dos sentidos, será de responsabilidade da Contratada, cabendo a ela prover os meios de transporte necessários.
 - 3.3.2.3.11. Em caso de entrega externa de equipamentos endereçada ao DC alternativo, com destinatário sendo o BNDES, a Contratada deverá movimentar os equipamentos recebidos para a área de armazenamento e comunicar o BNDES desse evento.
 - 3.3.2.3.12. O BNDES poderá solicitar que equipamentos na área de armazenamento sejam entregues a uma empresa transportadora. A solicitação deverá conter a relação de equipamentos a serem entregues, identificação da transportadora autorizada a fazer a coleta e data de agendamento da coleta. Ao receber a transportadora, a Contratada deverá validar a identidade da transportadora e então movimentar os equipamentos relacionados da área de armazenamento, realizando então a entrega.
- 3.3.2.4. Infraestrutura de geração e distribuição de energia elétrica
- 3.3.2.4.1. Deverá haver fornecimento de energia elétrica a todos os equipamentos elétricos do BNDES e a todos os equipamentos da Contratada envolvidos na prestação dos serviços.
 - 3.3.2.4.2. A energia elétrica a ser provida aos equipamentos do BNDES deverá ser em corrente alternada em 60Hz, trifásica, com diferença de tensão entre fases de 220V (com tolerância de variação de 10%).
 - 3.3.2.4.3. A energia elétrica fornecida deverá ser proveniente de: fonte externa ao DC, tal como uma concessionária de energia elétrica; e de

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

fonte interna ao DC, devendo ser fornecida por equipamentos grupo motor-gerador (GMG).

- 3.3.2.4.4. Em caso de a energia de fonte externa ficar inadequada, deverá haver chaveamento automático para as fontes internas, que deverão prover energia elétrica contínua e sem interrupção até a normalização das fontes externas.
- 3.3.2.4.5. A geração de energia elétrica pelos GMGs deverá ter autonomia de combustível (sem depender de reabastecimento de fonte externa ao DC) de pelo menos 12 horas, a qualquer momento, considerando a carga no momento.
- 3.3.2.4.6. Deverá haver fontes externas de fornecimento de combustível, que deverão ter capacidade e disponibilidade para fornecer combustível, a qualquer momento, sempre que solicitado pela Contratada, em prazo máximo equivalente à metade do tempo de autonomia dos GMGs, em quantidade e periodicidade suficientes para permitir a geração interna contínua de energia elétrica.
- 3.3.2.4.7. Deverá haver pelo menos uma unidade redundante de GMG, de forma a permitir que o desligamento/religamento de uma unidade qualquer possa ocorrer sem que haja interrupção do fornecimento interno de energia elétrica.
- 3.3.2.4.8. A energia elétrica fornecida, seja de fonte externa ou interna, deverá ser disponibilizada a *no-breaks* (UPS), que por sua vez deverão fornecer a energia elétrica de forma contínua e sem interrupção a: equipamentos na área de *colocation*, equipamentos de operadoras de telecomunicação, sistemas de monitoramento, sistemas de controle de acesso e sistemas de gravação de imagens.
- 3.3.2.4.9. Em caso de a energia elétrica recebida pelos *no-breaks* ficar inadequada, deverá haver chaveamento automático para as suas baterias elétricas, sem interrupção do fornecimento de energia elétrica durante o chaveamento, que então deverão prover energia para as suas cargas, de forma contínua e sem interrupção, por tempo suficiente até que a energia elétrica recebida pelos *no-breaks* fique adequada.
- 3.3.2.4.10. Deverá haver pelo menos uma unidade redundante de *no-break*, de forma a permitir que o desligamento/religamento de uma unidade qualquer possa ocorrer sem que haja interrupção do fornecimento de energia elétrica às cargas listadas na seção 3.3.2.4.8.
- 3.3.2.4.11. A Contratada deverá prover circuitos elétricos em quantidade e tipos adequados para repassar a energia elétrica proveniente dos *no-breaks* aos equipamentos na área de *colocation* do BNDES.
- 3.3.2.4.12. O BNDES poderá solicitar fornecimento, instalação, movimentação, verificação, correção e desinstalação de circuitos elétricos na área de *colocation* durante toda a Fase de operação.
- 3.3.2.4.13. Os circuitos elétricos deverão ter conectores “fêmea” do tipo prolongadores industriais com as seguintes características: 2P ou 3P, 6h, 250 VAC, IP 67.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.2.4.14. A Contratada deverá manter controle de gerenciamento de todos os circuitos elétricos instalados na área de *colocation* do BNDES, com informações de identificação dos cabos e pontos de conexão.
- 3.3.2.4.15. O prazo para conclusão de solicitações de fornecimento/instalação, movimentação e desinstalação de circuitos elétricos será de até 3 dias corridos.
- 3.3.2.4.16. O prazo para conclusão de solicitações de verificação e correção de circuitos elétricos será de até 12 horas.
- 3.3.2.4.17. Cada *rack* na área de *colocation* deverá receber dois circuitos elétricos, que deverão ser ligados a duas linhas independentes de fornecimento de energia dos *no-breaks*, de forma que a falha ou indisponibilidade de qualquer uma das linhas não interrompa o fornecimento de energia.
- 3.3.2.4.17.1. A critério do BNDES, circuitos elétricos adicionais poderão ser demandados para atender equipamentos específicos.
- 3.3.2.4.18. Deverá ser provido aterramento a todos os *racks* e equipamentos.
- 3.3.2.4.19. Deverá haver cronograma de manutenção preventiva dos equipamentos relacionados ao fornecimento de energia elétrica, cujas atividades não devem interromper o fornecimento de energia elétrica.
- 3.3.2.4.20. Deverá haver procedimentos de operação para cada equipamento relacionado ao fornecimento de energia elétrica, de acordo com o definido por cada fabricante.
- 3.3.2.5. Controle de temperatura, umidade relativa e partículas do ar
- 3.3.2.5.1. Deverá haver na área de *colocation* do BNDES e na sala de armazenamento de mídias do BNDES: controle de temperatura do ar, controle de umidade do ar e controle de partículas no ar.
- 3.3.2.5.2. Para equipamentos elétricos que contenham ventiladores internos, o local de referência para validação de que o controle está adequado é o de entrada de ar do equipamento.
- 3.3.2.5.3. Cada tipo de equipamento relacionado ao controle de temperatura do ar deverá ter pelo menos um equipamento redundante, de forma a permitir que o desligamento/religamento de um equipamento qualquer possa ocorrer sem que haja interrupção do controle de temperatura.
- 3.3.2.5.4. Deverá haver cronograma de manutenção preventiva dos equipamentos relacionados ao controle de temperatura do ar, cujas atividades não devem interromper o controle de temperatura do ar.
- 3.3.2.5.5. Deverá haver procedimentos de operação para cada equipamento relacionado ao controle de temperatura do ar, de acordo com o definido por cada fabricante.
- 3.3.2.6. Detecção de fumaça e combate a incêndio
- 3.3.2.6.1. Deverá haver sistema de detecção de fumaça e métodos de combate a incêndio nos seguintes ambientes: salas com equipamentos

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

relacionados à geração ou distribuição de energia elétrica; salas com equipamentos relacionados ao controle de temperatura do ar; sala de armazenamento temporário de equipamentos do BNDES; área de *colocation* do BNDES; e sala de armazenamento de mídias do BNDES.

- 3.3.2.6.2. Deverá haver sistema automatizado de alarme em caso de detecção de fumaça, com alarme sonoro e visual.
- 3.3.2.6.3. Deverá haver brigada de incêndio localizada no mesmo complexo predial do DC, com profissionais capacitados e em quantidade adequada, para atuar no combate a eventual incêndio.
- 3.3.2.6.4. Deverá haver equipamentos de combate a incêndio, em quantidade e tipo adequados a cada ambiente, para uso da brigada.
- 3.3.2.6.5. Deverá haver procedimentos de operação para eventos de detecção de fumaça e combate a incêndio, adequados a cada ambiente.
- 3.3.2.6.6. Será permitido o uso de gás de combate a incêndio, desde que em concentração no ar que não gere risco de danos à saúde para pessoas presentes no local.
- 3.3.2.6.7. Será permitido o uso de água para combate a incêndio na área de *colocation*, desde que:
 - 3.3.2.6.7.1. Em situação normal (sem presença de incêndio) o local de armazenamento de água não gere risco de danos a equipamentos em caso de vazamento hidráulico.
 - 3.3.2.6.7.2. Em situação de efetivo combate a incêndio, o uso de água ocorra apenas se as demais formas de combate se mostrarem ineficazes e não gere risco de dano a equipamentos não relacionados ao incêndio.
- 3.3.2.6.8. Deverá haver cronograma de manutenção preventiva dos equipamentos relacionados à detecção de fumaça e a combate a incêndio, de acordo com o definido por cada fabricante.
- 3.3.2.7. Controle de acesso de pessoas
 - 3.3.2.7.1. Deverá haver controle de acesso de pessoas nas entradas dos seguintes ambientes: complexo predial, área de armazenamento temporário de equipamentos, sala que contenha a área de *colocation* do BNDES; área de *colocation* do BNDES; e sala de armazenamento de mídias do BNDES.
 - 3.3.2.7.2. A Contratada deverá garantir que em cada ponto de controle de acesso, apenas pessoas autorizadas poderão acessar o ambiente e que não seja possível a passagem de pessoas ou equipamentos por outros locais que não sejam os pontos de controle.
 - 3.3.2.7.3. O controle de acesso deverá ser realizado por sistema automatizado. O controle de acesso ao complexo predial poderá alternativamente ser realizado por agente pessoal de segurança.
 - 3.3.2.7.4. No caso de sistema automatizado, o reconhecimento individual deverá ser feito por reconhecimento biométrico e/ou leitura de cartão/tag (a ser fornecido pela Contratada).

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.2.7.5. A Contratada deverá gerenciar uma lista de pessoas autorizadas a acessar cada ambiente, cada uma com eventuais restrições de ambientes, datas e horários.
- 3.3.2.7.6. A Contratada deverá gerenciar uma lista de pessoas autorizadas, cujos nomeados terão permissão de alterar a lista de pessoas autorizadas a acessar cada ambiente.
- 3.3.2.7.6.1. Alterações na lista de autorizadores deverão ser realizadas apenas a pedido do BNDES.
- 3.3.2.7.7. A Contratada deverá informar mensalmente ao BNDES os registros de entrada e saída de pessoas em cada ambiente.
- 3.3.2.7.8. O histórico de acessos realizados (pessoa e ambiente) e de tentativas de acesso deverá ser mantido por até 90 dias corridos, devendo ser enviado mensalmente ao BNDES.
- 3.3.2.7.9. O BNDES poderá solicitar acompanhamento pessoal contínuo para visitante autorizado a acessar a área de *colocation* do BNDES.
- 3.3.2.7.10. O tempo para viabilizar o acesso de visitantes à área de *colocation* do BNDES, contabilizado a partir da chegada do visitante na portaria do complexo predial, deverá atender o prazo de até 1 hora. Todos os procedimentos de segurança adotados pela Contratada, bem como a alocação de acompanhante, deverão ocorrer dentro desse prazo.
- 3.3.2.8. Gravação de imagens
- 3.3.2.8.1. Deverá haver coleta de imagens por câmeras nos seguintes ambientes: área de armazenamento temporário de equipamentos do BNDES; área de *colocation* do BNDES; e sala de armazenamento de mídias do BNDES.
- 3.3.2.8.2. As câmeras deverão ser posicionadas de forma e quantidade suficientes para permitir a identificação de pessoas e para que não haja locais em que uma pessoa não seja vista pelas câmeras (pontos cegos).
- 3.3.2.8.3. Deverá ser provido sistema de gravação contínua de imagens de todas as câmeras, com recurso de detecção de movimento sem redução do tempo de gravação. As imagens devem ser armazenadas exclusivamente em equipamentos da Contratada.
- 3.3.2.8.4. As imagens gravadas deverão ser mantidas e acessíveis por até 90 dias corridos.
- 3.3.2.8.5. O BNDES poderá solicitar a qualquer momento cópia das imagens, devendo a Contratada fornecê-las em meio físico ou via Internet em até 24 horas da solicitação.
- 3.3.2.9. Tratamento de chamados
- 3.3.2.9.1. Deverá haver tratamento para cada solicitação do BNDES à Contratada, doravante denominada chamado.
- 3.3.2.9.2. Chamados poderão ser utilizados pelo BNDES, em quantidade e forma a seu critério, para registrar quaisquer solicitações

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

relacionadas a quaisquer dos serviços sendo prestados pela Contratada, incluindo solicitações de:

- 3.3.2.9.2.1. Fornecimento de informação.
- 3.3.2.9.2.2. Alteração de autorizadores e autorizados do controle de acesso de pessoas.
- 3.3.2.9.2.3. Acompanhamento de pessoas no DC.
- 3.3.2.9.2.4. Fornecimento, instalação, checagem, movimentação, substituição e desinstalação de cabos de dados, circuitos elétricos, *racks*, bandejas de *racks*, placas de vedação interna em *racks* e barreiras de separação em corredor frio.
- 3.3.2.9.2.5. Verificação de correto funcionamento, adequação ou conserto de equipamentos ou sistemas da Contratada relacionados à prestação dos serviços. O prazo para esse tipo de solicitação será de 24 horas.
- 3.3.2.9.2.6. Movimentação de mídias.
- 3.3.2.9.2.7. Agendamento de serviços.
- 3.3.2.9.2.8. Solicitação de apoio em evento de segurança. O prazo para esse tipo de solicitação será de 2 horas.
- 3.3.2.9.2.9. Solicitação de serviços sob demanda, conforme descrito no Catálogo de Serviços.
- 3.3.2.9.3. A Contratada deverá prover ao BNDES um ou mais meios para solicitação de abertura de chamados.
 - 3.3.2.9.3.1. Deverá ser disponibilizado meio de abertura de chamado por e-mail, que deverá atender as seguintes condições:
 - 3.3.2.9.3.1.1. A Contratada deverá informar um, e apenas um, endereço de e-mail para o qual solicitações devem ser direcionadas.
 - 3.3.2.9.3.1.2. Deverão ser aceitas somente as solicitações cujo endereço do remetente esteja entre os definidos pelo BNDES como autorizados a abrir chamado.
 - 3.3.2.9.3.1.2.1. O BNDES deverá informar à Contratada a lista de endereços autorizados.
 - 3.3.2.9.3.1.2.2. Solicitações cujo endereço do remetente não esteja na lista de autorizados não deverão resultar em abertura de chamado, devendo a Contratada reportar imediatamente ao BNDES tal evento.
 - 3.3.2.9.3.1.3. O BNDES poderá definir restrições de quais tipos de solicitação cada endereço de e-mail poderá realizar.
 - 3.3.2.9.3.2. A Contratada poderá propor outros meios de abertura de chamado.
- 3.3.2.9.4. Ao receber solicitação de abertura de um chamado, a Contratada deverá:
 - 3.3.2.9.4.1. Definir número de identificação único para o chamado.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.2.9.4.2. Registrar data e hora.
- 3.3.2.9.4.3. Registrar nome e endereço de e-mail do solicitante.
- 3.3.2.9.4.4. Informar ao solicitante via e-mail em até 15 minutos a confirmação do registro de abertura do chamado e o número de identificação correspondente.
- 3.3.2.9.4.5. Notificar a equipe responsável por tratar o assunto da solicitação, devendo essa atuar para atender à solicitação dentro do prazo correspondente ao tipo de solicitação.
- 3.3.2.9.5. Cada chamado deverá ter um estado associado.
 - 3.3.2.9.5.1. Os estados possíveis estão listados abaixo, com suas respectivas descrições:
 - 3.3.2.9.5.1.1. Aberto: Chamado ainda não foi atendido e a Contratada deve atuar para atendê-lo dentro do prazo correspondente ao tipo de solicitação.
 - 3.3.2.9.5.1.2. Suspenso: Chamado ainda não foi atendido, mas temporariamente a Contratada não deve atuar para atendê-lo.
 - 3.3.2.9.5.1.3. Resolvido: Contratada considera que o chamado foi atendido, mas não houve ainda confirmação pelo BNDES.
 - 3.3.2.9.5.1.4. Fechado: BNDES confirmou que chamado foi atendido.
 - 3.3.2.9.5.1.5. Cancelado: BNDES considera que não é mais necessário que o chamado seja atendido.
 - 3.3.2.9.5.2. Ao ser registrado, o chamado deverá ter o estado como sendo “aberto”, a menos que seja um chamado de agendamento, sendo que nesse segundo caso:
 - 3.3.2.9.5.2.1. O estado inicial do chamado deverá ser “suspenso”.
 - 3.3.2.9.5.2.2. O estado do chamado deverá ser alterado para “aberto” no momento agendado.
 - 3.3.2.9.5.3. O BNDES poderá, a seu critério, alterar o estado de um chamado.
 - 3.3.2.9.5.4. Ao considerar que o chamado foi atendido, a Contratada poderá alterar o estado de um chamado em estado “aberto” para “resolvido”, devendo comunicar imediatamente o solicitante de tal fato.
 - 3.3.2.9.5.5. A Contratada poderá alterar o estado de um chamado em estado “resolvido” para “fechado” se receber confirmação de aceitação por parte do solicitante ou se não houver contestação por parte do solicitante dentro do prazo de até 7 dias corridos.
 - 3.3.2.9.5.6. A Contratada deverá alterar o estado de um chamado para “aberto” se receber contestação por parte do solicitante enquanto o chamado estiver no estado “resolvido”.
 - 3.3.2.9.5.7. A Contratada poderá solicitar ao BNDES que um chamado tenha seu estado alterado para um estado específico, ficando a critério do BNDES aceitar ou não tal solicitação.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

3.3.2.9.5.8. A Contratada deverá comunicar imediatamente ao BNDES e ao solicitante via e-mail qualquer alteração de estado de chamados.

3.3.2.9.6. Chamados deverão ter prazo para conclusão, dependendo do seu tipo e natureza.

3.3.2.9.6.1. Chamados que não tiverem definição de prazo explícita, deverão ser considerados com prazo de conclusão sendo 7 dias corridos.

3.3.2.9.6.2. O BNDES poderá, a seu critério, estender o prazo para conclusão de um chamado.

3.3.2.9.6.3. A Contratada deverá monitorar chamados em estado aberto, verificando se a atuação correspondente está sendo adequada para que a conclusão ocorra dentro do prazo.

3.3.2.9.6.4. Em caso de não atendimento do prazo de conclusão:

3.3.2.9.6.4.1. A Contratada deverá reportar ao BNDES e ao solicitante a razão do atraso e a previsão de conclusão.

3.3.2.9.6.4.2. A Contratada estará sujeita à dedução de pontos na NAM.

3.3.2.9.7. A Contratada deverá manter controle de gerenciamento de todos os chamados, com momentos de mudanças de estado de cada chamado.

3.3.2.9.7.1. A Contratada deverá fornecer ao BNDES meio de acesso via Internet para consulta ao estado corrente de seu controle de chamados.

3.3.2.9.8. A critério do BNDES, poderá ser aceito um controle de gerenciamento de chamados que atenda parcialmente as exigências acima descritas.

3.3.2.9.9. A Contratada deverá informar mensalmente ao BNDES a relação de todos os chamados abertos ou que tiveram mudança de estado.

3.3.3. Colocation

3.3.3.1. Deverá ser prestado o serviço de *colocation*, que compreende a alocação de área com apoio de infraestrutura adjacente de DC.

3.3.3.2. Deverá ser alocada uma área contínua e única, em sala apropriada para instalação e operação de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para uso exclusivo do BNDES, doravante denominada área de *colocation*.

3.3.3.3. O BNDES poderá alocar e operar nessa área equipamentos de seu interesse, organizados em *racks*.

3.3.3.4. A sala onde a área for alocada deverá ser fechada e coberta, protegida contra chuva, vento e poeira.

3.3.3.5. A área de *colocation* deverá ter grade ou parede em seu perímetro, de forma a permitir a passagem de pessoas ou equipamentos apenas pelas portas de acesso.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.3.6. O acesso à área de *colocation* poderá ocorrer apenas para pessoas autorizadas.
- 3.3.3.7. A Contratada poderá acessar a área de *colocation* somente quando for solicitada por algum chamado do BNDES ou em caso de atuação emergencial relacionada à incêndio ou à risco de dano material aos equipamentos do BNDES.
- 3.3.3.8. A manipulação de equipamentos na área de *colocation* estará restrita ao BNDES ou à Contratada quando em atendimento a um chamado do BNDES.
- 3.3.3.9. A área deverá ser organizada em 1 ou 2 corredores frios, com seus respectivos corredores quentes.
- 3.3.3.10. O BNDES alocará equipamentos nos dois lados de cada corredor frio, com a face dos equipamentos que absorve o ar para resfriamento voltada para um corredor frio e com a rejeição de ar voltada para um corredor quente.
- 3.3.3.11. O comprimento total dos corredores frios deverá ser de no mínimo 10m, sendo que cada corredor frio não poderá ter menos que 4m de comprimento.
- 3.3.3.12. Os corredores frios deverão ter no mínimo 1,2m de largura.
- 3.3.3.13. Os corredores quentes deverão ter no mínimo 0,6m de largura, considerando para essa medição que os racks nas laterais têm 1,2m de profundidade.
- 3.3.3.14. Ambos os lados de cada corredor frio deverão estar livres para alocação de *racks* pelo BNDES.
- 3.3.3.15. A área de *colocation* deverá permitir a instalação de equipamentos com altura de até 2,265m e profundidade de até 1,425m.
- 3.3.3.16. Em caso de o BNDES eventualmente não ocupar completamente as laterais dos corredores frios, a Contratada deverá disponibilizar barreiras separadoras portáteis a serem posicionados entre corredores frios e quentes, a fim de limitar a passagem de ar entre eles. A altura das barreiras deverá ser de pelo menos 2m. A Contratada deverá revisar e adequar a quantidade de barreiras a cada alteração dos equipamentos na área de *colocation* do BNDES.
- 3.3.3.17. Deverá haver portas de acesso, permitindo o acesso de pessoas aos corredores frios e quentes e ainda permitindo o transporte de equipamentos e *racks* pelos corredores frios.
- 3.3.3.18. Deve haver controle de acesso em cada porta.
- 3.3.3.19. Cada entrada e cada saída de equipamento da área deverão ser previamente autorizadas pelo BNDES.
- 3.3.3.20. A Contratada deverá registrar todas as entradas e as saídas de equipamentos dessa área, incluindo: pessoa responsável pela movimentação, momento da movimentação, descrição do equipamento, local do equipamento na área.
- 3.3.3.21. A Contratada deverá informar mensalmente ao BNDES os registros de entrada e saída de equipamentos nessa área.
- 3.3.3.22. O piso da área deverá suportar 1000kg/m² de carga distribuída.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.3.23. A Contratada deverá avaliar a cada alocação de equipamento nessa área se a carga pontual (concentrada) no piso demanda reforço, devendo providenciar as adequações, se necessário.
- 3.3.3.24. Deverão ser providos meios e caminhos para condução, organização e proteção de cabos de dados nos trechos em que estejam fora dos equipamentos e *racks* do BNDES.
- 3.3.3.25. Deverão ser providos meios e caminhos para condução, organização e proteção de cabos de energia elétrica nos trechos em que estejam fora dos equipamentos e *racks* do BNDES, distintos aos utilizados para cabos de dados.
- 3.3.3.26. Limpeza de piso, grade, parede, portas, barreiras, lado externo de equipamentos e lado externo de *racks* deverá ser realizada sob demanda do BNDES.
- 3.3.3.27. O BNDES poderá alocar equipamentos na área de *colocation* de forma que a potência elétrica dos equipamentos em cada rack seja de no máximo 10kW. O BNDES se compromete a realizar essa alocação de forma que a potência elétrica média de todos os *racks* na área de *colocation* não exceda 5kW.
- 3.3.3.28. Deverá haver medidores de temperatura e umidade relativa do ar nos corredores frios da área de *colocation*, posicionados ao longo do corredor de forma que cada rack não fique a mais de 3m de distância de um medidor de cada tipo. A altura de instalação dos medidores em relação ao piso deverá ser de no mínimo 2m e de no máximo 2,5m.
- 3.3.3.29. A temperatura do ar de entrada dos equipamentos na área de *colocation* deverá ser mantida dentro dos limites ideais de 18°C e 27°C.
- 3.3.3.29.1. Será tolerado que esses limites sejam eventualmente ultrapassados, desde que: não haja taxa de variação maior que 5°C/h; não ocorra por tempo superior a 4 horas; que não ultrapassem os limites extremos de 15°C e 32°C; e que a quantidade de eventos de não atendimento dos limites ideais no mês corrente esteja em no máximo 4 eventos.
- 3.3.3.30. A umidade relativa do ar de entrada dos equipamentos na área do *colocation* deverá ser mantida dentro dos limites ideais de 20% e 80%.
- 3.3.3.30.1. Será tolerado que esses limites sejam eventualmente ultrapassados, desde que: não haja taxa de variação maior que 5%/h; não ocorra por tempo superior a 4 horas; e que a quantidade de eventos de não atendimento dos limites ideais no mês corrente esteja em no máximo 4 eventos.
- 3.3.3.31. A Contratada deverá manter seguro contra incêndio e desabamento para todos os equipamentos alocados na área de *colocation* do BNDES.
- 3.3.4. Cabos de dados
- 3.3.4.1. Deverá ser prestado o serviço de disponibilização e gerenciamento de cabos de dados ópticos e de cabos de dados metálicos para interligar entre si os equipamentos na área de *colocation* do BNDES.
- 3.3.4.2. A Contratada deverá prover fornecimento, instalação, movimentação, verificação, substituição e desinstalação de cabos de dados.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.4.3. Os cabos de dados ópticos a serem fornecidos deverão ser dos tipos *multimode* (OM3 ou superior) ou *singlemode* (OS2 ou superior), certificados, com conectores do tipo LC pré-conectados pelo fabricante. O BNDES poderá solicitar qualquer uma dessas opções. O comprimento do cabo deverá ser adequado à distância e ao local de instalação.
- 3.3.4.4. Os cabos de dados metálicos a serem fornecidos deverão ser dos tipos CAT6 ou CAT6A, certificados, com conectores do tipo RJ45 pré-conectados pelo fabricante. O BNDES poderá solicitar qualquer uma dessas opções. O comprimento do cabo deverá ser adequado à distância e ao local de instalação.
- 3.3.4.5. O prazo total para conclusão de solicitações de fornecimento/instalação de cabos de dados será de até 3 dias corridos.
- 3.3.4.6. O prazo para conclusão de solicitações de movimentação ou desinstalação de cabos de dados será de até 3 dias corridos.
- 3.3.4.7. O prazo total para conclusão de solicitações de verificação/substituição de cabos de dados será de até 12 horas.
- 3.3.4.8. A Contratada deverá manter controle de gerenciamento de todos os cabos de dados instalados na área de *colocation* por esse serviço, com informações de identificação dos cabos e pontos de conexão.
- 3.3.4.9. A Contratada deverá informar mensalmente ao BNDES a relação de todos os cabos ópticos e metálicos instalados na área de *colocation* por esse serviço.
- 3.3.4.10. O valor do serviço de cabos ópticos deverá ser calculado mensalmente da seguinte forma: quantidade de cabos ópticos fornecidos no mês de referência vezes o preço por cabo óptico definido na proposta.
- 3.3.4.10.1. Cada cabo fornecido deverá ser contabilizado apenas uma vez.
- 3.3.4.10.2. No primeiro mês da Fase de operação deverão ser contabilizados adicionalmente no valor os cabos ópticos fornecidos durante a Fase de implantação.
- 3.3.4.11. O valor do serviço de cabos metálicos deverá ser calculado mensalmente da seguinte forma: quantidade de cabos metálicos fornecidos no mês de referência vezes o preço por cabo metálico definido na proposta.
- 3.3.4.11.1. Cada cabo fornecido deverá ser contabilizado apenas uma vez.
- 3.3.4.11.2. No primeiro mês da Fase de operação deverão ser contabilizados adicionalmente no valor os cabos metálicos fornecidos durante a Fase de implantação.

3.3.5. Racks

- 3.3.5.1. Deverá ser prestado o serviço de disponibilização e gerenciamento de *racks* para uso exclusivo do BNDES em sua área de *colocation*.
- 3.3.5.2. A Contratada deverá prover fornecimento, instalação, movimentação e desinstalação de *racks*.
- 3.3.5.3. Os *racks* devem atender as seguintes especificações:
- 3.3.5.3.1. Ter largura de pelo menos 75cm e profundidade de pelo menos 115cm.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

- 3.3.5.3.2. Padrão de 19” para fixação de equipamentos.
- 3.3.5.3.3. Ter altura interna mínima de 42 unidades de rack (“U”), estando todas elas disponíveis para instalação de equipamentos.
- 3.3.5.3.4. Permitir instalação de equipamentos com peso total de até 1.000kg.
- 3.3.5.3.5. Ser fechado nas laterais e no topo.
- 3.3.5.3.6. Possuir portas de acesso frontais e traseiras, todas perfuradas, com no mínimo 70% de área vazada.
- 3.3.5.3.7. Ter fechaduras com chave em todas as portas de acesso.
- 3.3.5.3.8. Conter guias verticais para passagem de cabeamento de dados.
- 3.3.5.3.9. Ter duas réguas (PDU), cada uma atendendo aos seguintes critérios:
 - 3.3.5.3.9.1. Montagem vertical, na lateral do *rack*.
 - 3.3.5.3.9.2. Possuir conformidade com padrões UL e CE.
 - 3.3.5.3.9.3. Suportar circuito bifásico com diferença de tensão de 220V.
 - 3.3.5.3.9.4. Suportar aterramento.
 - 3.3.5.3.9.5. Ser fornecida com conector “macho” do tipo prolongador industrial com as seguintes características: 2P, 6h, 250 VAC, IP 67.
 - 3.3.5.3.9.6. Possuir pelo menos 14 tomadas no padrão NBR 14.136.
 - 3.3.5.3.9.7. Suportar potência elétrica total de 8kVA a 220V.
- 3.3.5.3.10. Ter, a critério do BNDES, placas de vedação frontal fixáveis na estrutura principal de fixação de equipamentos, removíveis, nos espaços verticais em que não houver equipamento instalado.
- 3.3.5.3.11. Ter, a critério do BNDES, uma bandeja removível.
- 3.3.5.4. O prazo total para conclusão de solicitações de fornecimento/instalação de *racks* será de até 30 dias corridos.
- 3.3.5.5. O prazo para conclusão de solicitações de movimentação ou desinstalação de *racks* será de até 7 dias corridos.
- 3.3.5.6. A Contratada deverá manter controle de gerenciamento de todos os *racks* instalados na área de *colocation* por esse serviço, com informações de identificação e localização.
- 3.3.5.7. A Contratada deverá informar mensalmente ao BNDES a relação de todos os *racks* instalados na área de *colocation* por esse serviço.
- 3.3.5.8. O valor do serviço de *racks* deverá ser calculado mensalmente da seguinte forma: quantidade de *racks* fornecidos no mês de referência vezes o preço por rack definido na proposta.
 - 3.3.5.8.1. Cada *rack* fornecido deverá ser contabilizado apenas uma vez.
 - 3.3.5.8.2. No primeiro mês da Fase de operação deverão ser contabilizados adicionalmente no valor os *racks* fornecidos durante a Fase de implantação.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

3.3.6. Energia elétrica

- 3.3.6.1. Deverá ser prestado o serviço de fornecimento de energia elétrica, provida pela infraestrutura de DC, aos equipamentos na área de *colocation* do BNDES.
- 3.3.6.2. O fornecimento de energia elétrica deverá ser contínuo, sem interrupção.
- 3.3.6.3. O consumo total de energia elétrica na área de *colocation* do BNDES deverá ser medido continuamente.
- 3.3.6.4. A Contratada deverá informar mensalmente ao BNDES o total mensal de energia elétrica consumido no mês anterior.
- 3.3.6.5. O valor do serviço de fornecimento de energia elétrica deverá ser calculado mensalmente da seguinte forma: total de energia elétrica (kWh) consumido no mês de referência vezes o preço por kWh definido na proposta.
 - 3.3.6.5.1. No primeiro mês da Fase de operação deverá ser contabilizado adicionalmente no valor o consumo durante a Fase de implantação.

3.3.7. Rede metropolitana

- 3.3.7.1. Deverá ser prestado o serviço de rede metropolitana, que deverá permitir a comunicação de equipamentos do BNDES entre os seguintes locais:
 - 3.3.7.1.1. DC principal do BNDES (DC-P), localizado no piso S2 do EDSERJ.
 - 3.3.7.1.2. Sala de Telecom (ST), localizada no piso térreo do EDSERJ.
 - 3.3.7.1.3. Área de *colocation* do BNDES (COL) no DC da Contratada.
- 3.3.7.2. Em cada local a Contratada deverá disponibilizar um ou mais equipamentos de rede, nos quais os equipamentos do BNDES serão conectados.
- 3.3.7.3. Os equipamentos de rede deverão estar interconectados fisicamente por fibra óptica.
 - 3.3.7.3.1. As fibras de conexão entre os equipamentos de rede localizados em COL e os equipamentos de rede localizados em DC-P deverão ter rota física (caminho físico) única, doravante denominada rota física A.
 - 3.3.7.3.2. As fibras de conexão entre os equipamentos de rede localizados em COL e os equipamentos de rede localizados em ST deverão ter rota física única, doravante denominada rota física B.
 - 3.3.7.3.3. A rota física A deverá estar distante em pelo menos 100m da rota física B, exceto nas áreas definidas por raio de 300m de distância em torno de DC-P, ST e COL.
 - 3.3.7.3.4. Caso estejam disponíveis no EDSERJ múltiplos acessos físicos para cabeamento, as rotas físicas A e B deverão abordar o EDSERJ por acessos distintos.
 - 3.3.7.3.5. Caso estejam disponíveis no DC da Contratada múltiplos acessos físicos para cabeamento, as rotas físicas A e B deverão abordar o DC da Contratada por acessos distintos.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.7.3.6. As fibras de conexão entre os equipamentos de rede localizados em DC-P e os equipamentos de rede localizados em ST deverão ter rota física única.
- 3.3.7.4. Enlaces lógicos do tipo *Ethernet* e *Fibre Channel* deverão ser disponibilizados a equipamentos do BNDES para comunicação entre locais, via os equipamentos de rede da Contratada.
- 3.3.7.4.1. Cada enlace deverá ser de um dos seguintes tipos:
- 3.3.7.4.1.1. *Ethernet*: Cada enlace desse tipo deverá suportar transmissão a 10Gbps *full-duplex* simétrica.
- 3.3.7.4.1.2. *Fibre Channel*: Cada enlace desse tipo deverá suportar transmissão a 16Gbps *full-duplex* simétrica, com suporte ao protocolo FICON.
- 3.3.7.4.2. Os enlaces deverão ter suas características certificadas usando as normas pertinentes a cada tipo.
- 3.3.7.4.3. Os enlaces deverão ser disponibilizados nas seguintes combinações de locais, com suas respectivas quantidades:
- 3.3.7.4.3.1. Entre COL e DC-P: 4 enlaces *Ethernet* e 10 enlaces *Fibre Channel*.
- 3.3.7.4.3.2. Entre COL e ST: 4 enlaces *Ethernet*.
- 3.3.7.4.4. No local COL, metade dos enlaces *Ethernet* deverá utilizar equipamento de rede distinto do utilizado pela outra metade dos enlaces *Ethernet*.
- 3.3.7.4.5. Nos locais COL e DC-P, metade dos enlaces *Fibre Channel* deverá utilizar equipamento de rede distinto do utilizado pela outra metade dos enlaces *Fibre Channel*.
- 3.3.7.5. Cada equipamento de rede participante da rede metropolitana deverá ter interfaces de rede para conexão com equipamentos do BNDES em quantidade e tipos correspondentes aos enlaces envolvidos.
- 3.3.7.5.1. Para enlace *Ethernet*, cada interface deverá ser compatível com IEEE 802.3ae (10GBASE-SR), com conector *LC-Duplex* multimodo, certificada, além de suportar encapsulamento de qualquer protocolo de camada 2 como, por exemplo, IEEE 802.1Q e IEEE 802.3ad.
- 3.3.7.5.2. Para enlace *Fibre Channel*, cada interface deverá ser compatível com *Fibre Channel*, com conector *LC-Duplex* multimodo, certificada, comportar a velocidade total de transmissão de 16Gbps em modo *full-duplex*, além de suportar o padrão FICON.
- 3.3.7.6. Cada enlace deverá ser capaz de utilizar duas rotas lógicas distintas, cada uma não compartilhando com a outra: rotas físicas ou equipamentos de rede intermediários.
- 3.3.7.6.1. Cada enlace deve ter características ideais de funcionamento mantidas, independente de qual rota lógica estiver em uso.
- 3.3.7.6.2. Cada enlace deverá ter uma das rotas lógicas como de uso preferencial (rota lógica preferencial).

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.7.6.3. Para cada enlace, em caso de anomalia, degradação de qualidade ou indisponibilidade de sua rota lógica preferencial, deverá haver chaveamento automático para a rota lógica não preferencial (rota lógica alternativa).
- 3.3.7.6.3.1. Em cada chaveamento será tolerado impacto sobre o funcionamento correto do enlace, desde que a duração do impacto não seja superior a 50ms.
- 3.3.7.6.4. Para cada conjunto de enlaces de um mesmo tipo entre um par de equipamentos de rede, metade desses enlaces deverá ter sua rota lógica preferencial distinta da rota lógica utilizada como preferencial pela outra metade.
- 3.3.7.7. A rede metropolitana deverá atender aos seguintes níveis de serviço:
- 3.3.7.7.1. Cada enlace deverá ter o tempo de ida e volta (*Round Trip Time* / RTT) medido na rota lógica em uso.
- 3.3.7.7.1.1. A medição deverá ser realizada pelos equipamentos da própria rede metropolitana.
- 3.3.7.7.1.2. Para fins de apuração de nível de serviço do RTT a medição deverá ocorrer com frequência mínima de uma medição por minuto e deve ser calculada a média móvel dos últimos 5 minutos. Essa média móvel deverá ser inferior ao valor limite de 2ms. Em caso de não atendimento desse limite, será contabilizado 1 minuto de indisponibilidade da rede metropolitana.
- 3.3.7.7.2. Cada enlace deverá ter a taxa de erro na transmissão de dados (*Bit Error Rate* após *Forward Error Correction* / *post-FEC BER*) medida na rota lógica em uso.
- 3.3.7.7.2.1. A medição deverá ser realizada pelos equipamentos da própria rede metropolitana.
- 3.3.7.7.2.2. Para fins de apuração de nível de serviço da taxa de erro a medição deverá ocorrer com frequência mínima de uma medição por minuto utilizando os contadores internos de erro e deverá ser calculada a média móvel dos últimos 5 minutos. Essa média móvel deverá ser inferior ao valor limite de 10^{-11} . Em caso de não atendimento desse limite, será contabilizado 1 minuto de indisponibilidade da rede metropolitana.
- 3.3.7.7.2.2.1. Em caso de não haver uma medição nativa nos equipamentos de rede que forneça o valor de taxa de erro nessa unidade, deverá ser definido pelo BNDES, em conjunto com a Contratada, uma nova métrica equivalente.
- 3.3.7.7.3. O tempo total em cada mês do calendário civil de indisponibilidade da rede metropolitana deverá ser inferior a 2 horas.
- 3.3.7.7.4. O tempo total em cada mês do calendário civil em que houver um ou mais enlaces utilizando sua respectiva rota alternativa deverá ser inferior a 48 horas.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.7.7.5. Períodos de manutenções agendadas autorizadas pelo BNDES não deverão ser considerados na análise de atendimento de nível de serviço.
- 3.3.7.8. Deverá ser disponibilizado ao BNDES meio de acesso aos equipamentos de rede envolvidos na rede metropolitana para coleta *on-line* de parâmetros de qualidade e disponibilidade da rede metropolitana.
- 3.3.7.8.1. Todos os equipamentos de rede deverão permitir o acesso de leitura *on-line* via protocolo SNMP v2 (RFC 1157) e suportar a especificação MIB-II (RFC 1213).
- 3.3.7.8.1.1. Deverá ser concedido acesso ao BNDES para leitura de todos os OIDs disponíveis via SNMP nos equipamentos de rede.
- 3.3.7.8.1.2. Caso alguma MIB privada seja utilizada, deverá ser disponibilizada a respectiva documentação.
- 3.3.7.8.1.3. O BNDES poderá definir quais “traps” SNMP deverão ser enviados a seus equipamentos de monitoramento.
- 3.3.7.8.2. Deverá ser concedido ao BNDES acesso não administrativo via SSH aos equipamentos de rede, para uso exclusivo de coleta de informações, em caso de as informações fornecidas via SNMP forem consideradas, a critério do BNDES, insuficientes.
- 3.3.7.9. A configuração da rede metropolitana deve seguir as recomendações dos fabricantes dos equipamentos utilizados.
- 3.3.7.10. Caberá à Contratada o fornecimento de toda a infraestrutura necessária para estabelecimento da rede metropolitana nas condições de funcionamento acima descritas.
- 3.3.7.11. Deverá ser fornecida ao BNDES documentação detalhada da rede metropolitana, contendo: descrição de tecnologias e protocolos utilizados; diagrama com equipamentos de rede e conexões físicas; diagrama de conexões lógicas; descrição de rotas físicas na forma de relação de ruas e endereços; mapa urbano com destaque de disposição das rotas físicas.
- 3.3.7.11.1. Sempre que houver alterações na rede metropolitana que impacte a documentação, a Contratada deverá atualizar a documentação e enviar cópia ao BNDES, informando as alterações realizadas.
- 3.3.7.12. Durante a vigência do Contrato o BNDES poderá solicitar até duas alterações dos locais DC-P e ST para outro local dentro do EDSEJ.
- 3.3.7.12.1. A Contratada deverá realizar as devidas adequações, sem ônus adicional ao BNDES.
- 3.3.7.12.2. Cada alteração deverá:
- 3.3.7.12.2.1. Ser realizada em data definida pelo BNDES.
- 3.3.7.12.2.2. Ser solicitada pelo BNDES com pelo menos 14 dias corridos de antecedência em relação à data de execução.
- 3.3.7.12.2.3. Ser concluída em prazo de até 48 horas após o seu início.
- 3.3.8. Rede de acesso à Internet

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.8.1. Deverá ser prestado o serviço de rede de acesso à Internet, que deverá permitir o acesso de equipamentos do BNDES à rede mundial de computadores.
- 3.3.8.2. Como parte do serviço deverão ser disponibilizadas na área de *colocation* **duas** conexões de acesso à Internet, fornecidas por operadoras de telecomunicação distintas.
- 3.3.8.2.1. A Contratada deverá inicialmente fornecer ao BNDES uma lista com no mínimo 4 opções de operadoras que podem prover uma conexão. O BNDES escolherá 2 delas, devendo essas escolhidas serem as operadoras a proverem as conexões desse serviço.
- 3.3.8.2.2. A Contratada deverá ser responsável pelos serviços prestados pelas operadoras.
- 3.3.8.3. Cada operadora deverá alocar um roteador na área de *colocation* do BNDES, que dará acesso à conexão. O roteador deverá:
- 3.3.8.3.1. Suportar medição do RTT (*Round Trip Time*), utilizando o próprio *software* residente, “ip sla monitor” ou equivalente. Os valores coletados deverão ser disponibilizados via SNMP.
- 3.3.8.3.2. Possuir serviço de atualização de *software* pelo fabricante durante todo o período de operação. Caso a descontinuidade do serviço seja anunciada pelo fabricante (*end of support*) ao longo da vigência do contrato, a substituição do equipamento em questão será obrigatória até a data de fim do suporte e ocorrerá sem ônus adicional ao BNDES.
- 3.3.8.3.3. Suportar as funcionalidades de propagação de rotas BGP e estabelecimento de filtros.
- 3.3.8.3.4. Suportar o roteamento de no mínimo 20 Gbps.
- 3.3.8.3.5. Possuir uma interface de rede 10GBASE-SR (padrão IEEE 802.3ae-2002) para *uplink* (WAN), devendo estar conectada à porta de um roteador de borda do *backbone* da Contratada (PE), através de conexões de acesso exclusivamente dedicadas a essa função.
- 3.3.8.3.6. Possuir 2 interfaces de rede 10GBASE-SR (padrão IEEE 802.3ae-2002) para serem utilizadas como interfaces LAN, com suporte a utilização do protocolo LACP (IEEE 802.3ad).
- 3.3.8.3.7. Ter capacidade de armazenar, manipular e utilizar, no mínimo, 2 milhões de rotas IPv4 e 2 milhões de rotas IPv6 simultaneamente ou 4 milhões de rotas (IPv4 e IPv6 combinadas) ou 4 milhões de rotas IPv4 ou 4 milhões de rotas IPv6.
- 3.3.8.3.8. Implementar o padrão IEEE 801.2p, permitindo assim a configuração de parâmetros de qualidade de serviço (QoS).
- 3.3.8.3.9. Implementar a configuração de métodos de priorização de tráfego por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP, sendo também imprescindível que esses roteadores tenham a capacidade para utilizar protocolo que viabilize o estabelecimento de classes de serviço para a priorização de aplicações críticas, em conformidade com padrões IP definidos em RFC.
- 3.3.8.3.10. Implementar o padrão IEEE 802.1Q.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.8.3.11. Implementar o protocolo de gerenciamento SNMP versão 2 (RFC 1157), suportar a especificação MIB-II (RFC 1213) e implementar a versão 3 do protocolo de gerenciamento SNMP (RFC 2570).
- 3.3.8.3.12. Implementar o mecanismo de autenticação RADIUS (*Remote Authentication Dial In User Service*).
- 3.3.8.3.13. Implementar o mecanismo de controle de acesso administrativo ao equipamento de acordo com a arquitetura AAA (*Authentication, Authorization, Accounting*), sendo possível especificar os grupos de comando de configuração permitidos a cada grupo de usuários.
- 3.3.8.3.14. Implementar OSPFv2 e OSPFv3 (RFC 5838).
- 3.3.8.3.15. Implementar BGP (RFC 4271) e MP-BGP.
- 3.3.8.3.16. Implementar uma sessão BGP para IPv4 e outra sessão para IPv6.
- 3.3.8.3.17. Implementar um ou mais dos seguintes protocolos de distribuição de carga e alta disponibilidade: VRRP, GLBP, HSRP e/ou CARP.
- 3.3.8.3.18. Ter a capacidade de estabelecer e sustentar 3 circuitos virtuais (VPNs) com tráfego de 50Mbps cada, utilizando criptografia reconhecidamente segura, incluindo AES com chave de 256 bits e SHA-256.
- 3.3.8.3.19. Permitir a configuração remota através de SSH v2.
- 3.3.8.3.20. Ter sido aprovado nos testes de conformidade e interoperabilidade do programa IPv6 Ready Phase 2 (*Gold*) Logo ou estar conforme com as RFC verificadas pelo mesmo programa, a saber: RFC 8200, RFC 8201, RFC 4861, RFC 4862, RFC 4443, RFC 4291, RFC 4191, RFC 6980, RFC 7217 e RFC 8106.
- 3.3.8.3.21. Suportar a configuração de 200 filtros para restrição de tráfego de entrada ou saída nas interfaces através de IP de origem/destino (camada 3) e de porta de origem destino (camada 4).
- 3.3.8.3.22. Suportar a monitoração de fluxos por IPFIX e/ou Sflow e/ou Netflow na(s) porta(s) WAN com taxa de amostragem de 1:1000 e exportação dos dados obtidos para dois equipamentos (IPs distintos) do BNDES.
- 3.3.8.3.23. Suportar a geração de *Syslog* enviando dados para dois equipamentos com endereços IP distintos.
- 3.3.8.3.24. Suportar protocolo NTP ou SNTP.
- 3.3.8.3.25. Alguns serviços acessórios como, por exemplo, a medição de SLA e VPN, caso solicitado pela Contratada, após avaliação da proposta e eventual aceite técnico pelo BNDES, poderão ser implantados em equipamentos secundários.
- 3.3.8.3.26. Caberá à Contratada substituir o roteador e seus módulos, quando solicitado pelo BNDES, em função de degradação de desempenho do equipamento, causado, por exemplo, pela utilização média de CPU e memória igual ou superior a 90%. Tais valores de utilização são médias aritméticas calculadas em intervalos de 5 (cinco)

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

minutos a partir de coletas dos valores instantâneos, no mínimo, a cada 30 (trinta) segundos.

3.3.8.4. Cada operadora deverá:

3.3.8.4.1. Fornecer toda a infraestrutura de rede e equipamentos de comunicação de dados necessários ao estabelecimento da conexão à Internet.

3.3.8.4.2. Utilizar infraestrutura, última milha e *backbone* distintos dos utilizados pela outra operadora atuando nesse serviço.

3.3.8.4.3. Gerenciar senhas, usuários, permissões e demais configurações em seus equipamentos.

3.3.8.4.3.1. Em caso de necessidade técnica, o BNDES também poderá solicitar configuração lógica nos equipamentos das operadoras.

3.3.8.4.4. Fornecer ao BNDES os seguintes acessos de leitura aos equipamentos de rede alocados na área de *colocation* do BNDES:

3.3.8.4.4.1. Acesso para coleta de todos os valores disponíveis via SNMP (*polling*).

3.3.8.4.4.2. Acesso via SSH e porta serial, com permissões para coleta de configurações e status em geral.

3.3.8.4.5. Configurar os equipamentos de rede alocados na área de *colocation* do BNDES para:

3.3.8.4.5.1. Utilizar servidores NTP/SNTP (*stratum* 1 ou 2) fornecidos pelo BNDES.

3.3.8.4.5.2. Reportar eventos significativos a servidores *Syslog* fornecidos pelo BNDES.

3.3.8.4.5.3. Coletar medidas através do “ip sla monitor” ou equivalente, disponibilizando os valores medidos ao BNDES via protocolo SNMP. O envio de “traps” deverá ser configurado de acordo com o solicitado pelo BNDES.

3.3.8.4.6. Possuir Centro de Operações de Segurança (SOC – *Security Operations Center*) com equipe especializada em monitoramento, identificação, tratamento e mitigação de ataques.

3.3.8.4.6.1. O SOC deverá ter atendimento disponível 24/7 por meio telefônico e correio eletrônico, em idioma português.

3.3.8.4.6.2. O BNDES poderá solicitar ao SOC apoio para esclarecimentos e resolução de questões relacionadas à segurança.

3.3.8.4.6.3. A atuação do SOC será restrita a assuntos de ataques via seu link de acesso à Internet e a seus equipamentos.

3.3.8.4.7. Apoiar o BNDES na configuração do seu AS, distribuindo e divulgando seus blocos de endereços IPv4 e IPv6:

3.3.8.4.7.1. ASN: 270694

3.3.8.4.7.2. IPv4: 200.225.100/22

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.8.4.7.3. IPv6: 2804:1f42::/32
- 3.3.8.4.8. Utilizar as boas práticas para provedores recomendadas pelo NIC.BR:
 - 3.3.8.4.8.1. Anunciar rotas do *Autonomous System* (AS) do BNDES nos *backbones* nacionais e internacionais da Internet;
 - 3.3.8.4.8.2. Implementar e configurar o protocolo BGP-4 e BGP-6 (*Border Gateway Protocol version 4 e version 6*) e suas evoluções, de modo a atender as premissas operacionais do BNDES;
 - 3.3.8.4.8.3. Oferecer rotas BGP redundantes para a conexão do BNDES ao *backbone* Internet, especificando-a em detalhes, inclusive quanto aos seus aspectos técnicos;
 - 3.3.8.4.8.4. Disponibilizar toda a tabela de roteamento da Internet (BGP *full routing*) para os prefixos IPv4 e IPv6;
 - 3.3.8.4.8.5. Permitir ao BNDES utilizar as *communities* BGP que estejam configuradas nas redes de operadoras como, por exemplo, as listadas na RFC 1997;
 - 3.3.8.4.8.6. Implementar políticas de *peering* BGP, definidas pelo BNDES, através do uso de *prefix-list*, *route-maps*, *communities* BGP e *AS Path prepending*.
- 3.3.8.4.9. Prover o serviço de trânsito Internet com o objetivo de estruturar o *Autonomous System* (AS) do BNDES, atendendo as normas do Registro.BR e as recomendações do BNDES.
- 3.3.8.4.10. Prover a conexão sem qualquer limitação por volume (tráfego ilimitado em bytes) ou por tipo de tráfego sem solicitação do BNDES.
- 3.3.8.5. Cada conexão deverá:
 - 3.3.8.5.1. Comportar a velocidade de 10Gbps *full-duplex* simétrica, certificada conforme a RFC-2544 ou ITU-T Y.1564. Novas certificações e/ou outros tipos de testes poderão ser realizados ao longo do contrato por solicitação do BNDES em caso de níveis de serviço insatisfatórios.
 - 3.3.8.5.2. Possuir *backbone* com trânsito IPv4 e IPv6 com pelo menos 2 Sistemas Autônomos nacionais (abrangência nacional) com capacidade disponível para absorver 100% da capacidade da conexão ofertada ao BNDES.
 - 3.3.8.5.3. Possuir *backbone* com trânsito IPv4 e IPv6 com pelo menos 2 Sistemas Autônomos internacionais (abrangência internacional) com capacidade disponível para absorver 100% da capacidade da conexão ofertada ao BNDES.
 - 3.3.8.5.4. Ter apuração de nível de serviço de RTT, com medição a ser realizada pelo roteador instalado na área de *colocation*.
 - 3.3.8.5.4.1. Para fins de apuração de nível de serviço do RTT a medição deverá ocorrer com frequência mínima de uma medição por minuto e deve ser calculada a média móvel dos últimos 5 minutos.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.8.5.4.2. A medição deverá ser realizada com *payload* de 64 bytes utilizando o próprio *software* residente, “ip sla monitor” ou equivalente.
- 3.3.8.5.4.3. Os alvos das medições deverão ser 4 roteadores de borda (ou equipamentos disponibilizados pela Contratada) instalados em seu *backbone*, devendo:
- 3.3.8.5.4.3.1. Dois deles estarem diretamente conectados a 2 Sistemas Autônomos Nacionais diferentes (um para um).
- 3.3.8.5.4.3.2. Dois deles estarem diretamente conectados a 2 Sistemas Autônomos Internacionais diferentes (um para um).
- 3.3.8.5.4.4. A Contratada deverá informar ao BNDES os endereços IP das interfaces de rede dos roteadores/equipamentos que serão alvos dessas medições.
- 3.3.8.5.4.5. O valor de RTT calculado para apuração deverá ser de no máximo 40ms. Para cada valor acima desse limite será computado um período de indisponibilidade de 1 minuto.
- 3.3.8.5.5. Ter apuração de nível de serviço de taxa de descarte de pacotes, com medição a ser realizada pelo roteador instalado na área de *colocation*.
- 3.3.8.5.5.1. Para fins de apuração de taxa de descarte de pacotes a medição deverá ocorrer com frequência mínima de uma medição por minuto e deve ser calculada a média móvel dos últimos 5 minutos.
- 3.3.8.5.5.2. A apuração será realizada em cada interface de rede e em cada sentido (entrada e saída do tráfego).
- 3.3.8.5.5.3. O limite aceitável para descarte de pacotes é de 1% do total de pacotes trafegados em cada interface e direção.
- 3.3.8.5.5.4. O valor da taxa de descarte de pacotes calculado para apuração deverá ser inferior ao limite aceitável. Para cada valor acima desse limite será computado um período de indisponibilidade de 1 minuto.
- 3.3.8.5.6. O tempo total de indisponibilidade mensal deve ser no máximo 7 horas.
- 3.3.8.5.7. O BNDES, durante a vigência do contrato, poderá solicitar a disponibilização de gráficos de utilização e de status das portas de rede dos circuitos de comunicação das principais interconexões de rede com outros AS (*Autonomous Systems*) ao longo do tempo (com intervalo entre coletas igual ou inferior a 5 (cinco) minutos) para ratificar que não há ocorrência de saturação de tráfego nessas interconexões.
- 3.3.8.6. Cada operadora deverá prover em sua conexão serviço de identificação, tratamento e mitigação de ataques do tipo negação de serviço (DoS – *Denial of Service*) e do tipo negação de serviço distribuído (DDoS – *Distributed Denial of Service*).
- 3.3.8.6.1. Esse serviço de proteção deverá proteger contra:

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.8.6.1.1. Ataques que provoquem a saturação da capacidade dos equipamentos de comunicação em realizar a transmissão ou chaveamento de pacotes IP.
- 3.3.8.6.1.2. Ataques que provoquem a saturação de recursos de sistemas, tais como tabela de alocação de conexões lógicas, memória, processador e disco.
- 3.3.8.6.1.3. Ataques que explorem a capacidade dos canais de comunicação (ataques volumétricos, como ICMP *Flood* e UDP *Flood*), a capacidade de processamento de requisições da infraestrutura de redes (como SYN *Flood* e TCP *Flag Abuses*) ou a capacidade de processamento dos servidores de aplicação (como GET/POST *Floods* e DNS Reflection Attacks).
- 3.3.8.6.1.4. Ataques volumétricos aos protocolos HTTP e HTTPS (HTTP URL *Get/Post Flood*).
- 3.3.8.6.1.5. Ataques volumétricos ao protocolo DNS (DNS *Flood*), permitindo controle de bloqueio de queries de registros de DNS específicas através de expressões regulares ou Allowlist/Denylist ou mecanismos similares.
- 3.3.8.6.1.6. Ataques de falsificação de endereços IP origem (IP *Spoofing*).
- 3.3.8.6.1.7. Ataques de *Botnets*, *Worms* e *Remote Access Trojans* (RATs).
- 3.3.8.6.1.8. Ataques que utilizam fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP.
- 3.3.8.6.2. O serviço de proteção não deverá ter limite para o tempo de mitigação de qualquer ataque ou para a quantidade de eventos de ataques.
- 3.3.8.6.3. Em até 15 minutos após o início de um evento de ataque, deverá haver notificação ao BNDES sobre o evento e deverá ser iniciada a mitigação do ataque.
- 3.3.8.6.4. Para ataques de até 30Gbps, a proteção deverá ser realizada com o desvio do tráfego para limpeza e bloqueio apenas dos pacotes maliciosos. Para ataques acima desse valor será admitido, após aprovação do BNDES, a proteção por meio do desvio do tráfego ao endereço IP atacado para *blackhole routes*.
- 3.3.8.6.5. Serão admitidas soluções baseadas no monitoramento não intrusivo do tráfego e que realizem automaticamente o desvio e a mitigação do ataque no *backbone* do fornecedor. Para ataques de origem internacional, após o tratamento, os pacotes IP deverão ser reinjetados no *backbone* da operadora e, em seguida, roteados às redes do BNDES normalmente, ou seja, sem uso de túneis GRE para desvio do tráfego ou similar. Para ataques de origem nacional será admitido, para entrega à rede do BNDES dos pacotes IP tratados, o uso de mecanismos de tunelamento.
- 3.3.8.6.6. A solução deverá possuir um centro de limpeza de tráfego localizado na região sudeste do Brasil e um centro de limpeza de tráfego localizado fora do território nacional.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 3.3.8.6.6.1. Cada centro deverá possuir capacidade de mitigação de, no mínimo, 30 (trinta) Gbps.
- 3.3.8.6.6.2. Para os procedimentos de mitigação de ataques, fica proibido o encaminhamento do tráfego para análise e limpeza fora do território brasileiro, exceto se o tráfego de origem for proveniente do exterior.
- 3.3.8.6.7. O serviço de proteção deverá ser capaz de bloquear ataques por localização geográfica de endereços IP e permitir a diferenciação de tráfego de origens internacionais.
- 3.3.8.6.8. O serviço de proteção deverá não afetar a visibilidade do endereço de origem das requisições, mantendo o tráfego legítimo livre de qualquer modificação.
- 3.3.8.6.9. O serviço de proteção deverá suportar a detecção, geração de alertas e bloqueio de anomalias por taxas excessivas de tráfego que excedam parâmetros configurados, para no mínimo estes parâmetros: Tráfego total (Bytes e/ou Pacotes), DNS, Amplificação de DNS (Bytes e/ou Pacotes), ICMP, Fragmentação de IP, IPs privados, Amplificação em MS SQL RS (Bytes e/ou Pacotes), Amplificação NTP (Bytes e/ou Pacotes), Amplificação SNMP (Bytes e/ou Pacotes), Amplificação SSDP (Bytes e/ou Pacotes), TCP NULL, TCP RST, TCP SYN e UDP.
- 3.3.8.6.10. O serviço de proteção deverá possuir banco de assinaturas de ataque com atualização diária e de reputação de endereços IP.
- 3.3.8.6.11. O serviço de proteção deverá manter uma lista dinâmica dos endereços bloqueados, retirando aqueles que deixarem de enviar requisições maliciosas após um intervalo de tempo considerado seguro.
- 3.3.8.6.12. O BNDES indicará os endereços IPv4 e IPv6 a serem protegidos.
- 3.3.8.6.13. O serviço de proteção deverá ter capacidade de entrega de tráfego legítimo compatível com a largura de banda especificada para a conexão entre o BNDES e a Internet.
- 3.3.8.6.14. O serviço de proteção deverá possuir mecanismos para filtragem de pacotes anômalos, garantindo a validade das conexões, sem efetuar qualquer limitação com base no número de sessões ou de pacotes por endereço, de modo a evitar o bloqueio de usuários legítimos.
- 3.3.8.6.15. Caso seja constatado que o tráfego legítimo tenha sido bloqueado indevidamente por mau funcionamento da solução, o tempo de duração do bloqueio indevido será contabilizado como indisponibilidade do serviço.
- 3.3.8.6.16. Deverá ser disponibilizado acesso *on-line* via HTTPS ao serviço de proteção, que deve permitir visualizar o volume de tráfego de rede, alertas emitidos, mitigações em andamento, informações da conta associada aos serviços de proteção e emissão de relatórios.
- 3.3.8.6.17. O BNDES poderá solicitar alteração das regras de bloqueio e mitigação de ataques.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

3.3.8.6.18. Não será aceito bloqueio de ataques por ACL em roteadores de bordas da operadora, a não ser que seja explicitamente autorizado pelo BNDES.

3.3.9. Gestão e custódia de mídias

3.3.9.1. Deverá ser prestado o serviço de gestão e custódia de mídias de armazenamento de dados.

3.3.9.1.1. O período e condições de prestação desse serviço estão descritos na seção 3.3.1.8.

3.3.9.2. As mídias deverão ser armazenadas no mesmo complexo predial do DC em: sala exclusiva para o armazenamento de mídias do BNDES; ou armário exclusivo para o armazenamento de mídias do BNDES em sala compartilhada dedicada ao armazenamento de mídias.

3.3.9.2.1. No caso de sala compartilhada, o armário exclusivo para uso do BNDES deverá ser fechado, ter fechadura com codificação única e permanecer trancado. O acesso à chave/código deverá ser restrito à Contratada.

3.3.9.3. A sala de armazenamento de mídias deverá ser fechada e coberta, protegida contra chuva, vento e poeira.

3.3.9.4. As mídias poderão ser dos seguintes tipos: fitas magnéticas, drive magnético (HDD) ou drive flash USB (pendrive).

3.3.9.5. Deverá haver disponibilidade de armazenamento de no mínimo 2000 fitas, 20 HDDs e 20 pendrives.

3.3.9.6. As mídias não deverão ser empilhadas (uma em cima de outra). Se as mídias forem armazenadas em recipientes rígidos, esses recipientes poderão ser empilhados.

3.3.9.7. O BNDES poderá solicitar a movimentação (entrada e saída) de mídias de/para a sala de armazenamento de mídias, que poderá ser realizada apenas pela Contratada.

3.3.9.8. A Contratada deverá registrar todas as movimentações de mídias de/para a sala de armazenamento de mídias, incluindo: pessoa responsável pela movimentação, momento da movimentação e relação de mídias movimentadas.

3.3.9.9. Deverá ser provida movimentação de mídias entre a sala de armazenamento de mídias e equipamentos na área de colocation, além da inserção/remoção de mídias nos equipamentos.

3.3.9.10. A movimentação de saída da sala de armazenamento de mídias deverá ser permitida apenas para mídias que entraram na sala há pelo menos 7 dias corridos. É responsabilidade da Contratada prover meios e procedimentos para impor tal restrição.

3.3.9.10.1. Tal restrição poderá ser anulada para uma solicitação de movimentação específica em caso de **todas** as seguintes condições serem atendidas: o solicitante da movimentação indicar na solicitação um representante do BNDES para acompanhar a movimentação; esse representante estar entre os autorizados a acessar a sala de mídias; esse representante estar presente pessoalmente no DC da Contratada durante a movimentação; o preposto da Contratada iniciar uma ligação

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

telefônica para o gestor do contrato do BNDES; e o gestor do contrato autorizar tal movimentação.

- 3.3.9.10.2. As condições de tal restrição, bem como as condições para sua anulação, poderão ser ajustadas pelo gestor do contrato do BNDES em reunião presencial com o preposto da Contratada, com o devido registro em ata.
- 3.3.9.10.3. Solicitações de movimentação de mídias que eventualmente contenham mídias impedidas por tal restrição deverão ser atendidas movimentando apenas as mídias não impedidas, devendo a Contratada comunicar imediatamente tal fato ao BNDES.
- 3.3.9.11. Cada solicitação de movimentação de mídias deverá ser realizada em até 2 horas.
- 3.3.9.12. A Contratada deverá zelar pela integridade física e segurança das mídias armazenadas na sala de armazenamento de mídias.
- 3.3.9.13. A Contratada deverá manter controle de mídias armazenadas na sala de armazenamento de mídias, com informação da data de última entrada de cada mídia.
- 3.3.9.14. O BNDES poderá solicitar a realização de inventário físico, que deverá ser realizado em até 24 horas.
- 3.3.9.15. Deverá haver medidores de temperatura e umidade relativa na sala.
- 3.3.9.15.1. A quantidade mínima de medidores de cada tipo deverá ser 2, sendo que se a sala tiver área maior que 15m², o mínimo deverá ser calculado da seguinte forma: área da sala dividido por 15m², arredondado para cima.
- 3.3.9.15.2. Os medidores devem ser posicionados na sala de forma uniforme.
- 3.3.9.16. A temperatura do ar na sala de armazenamento de mídias deverá ser mantida dentro dos limites ideais de 16°C e 25°C. Será tolerado que esses limites sejam eventualmente ultrapassados, desde que: não haja taxa de variação maior que 5°C/h; não ocorra por tempo superior a 48 horas; que não ultrapassem os limites extremos de 16°C e 32°C; e que a quantidade de eventos de não atendimento dos limites ideais no mês corrente esteja em no máximo 4.
- 3.3.9.17. A umidade relativa na sala de armazenamento de mídias deverá ser mantida dentro dos limites ideais de 20% e 50%. Será tolerado que esses limites sejam eventualmente ultrapassados, desde que: não haja taxa de variação maior que 5%/h; não ocorra por tempo superior a 48 horas; que não ultrapassem os limites extremos de 20% e 80%; e que a quantidade de eventos de não atendimento dos limites ideais no mês corrente esteja em no máximo 4.

4. CATÁLOGO DE SERVIÇOS

4.1. As tabelas a seguir listam todos os serviços a serem prestados.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

Fase de implantação (Pagamento único)	
NOME DO SERVIÇO	QUANTIDADE
Preparação para fase de operação	1 *
Planejamento da Migração	1 *
Migração	1 *

Nota: * Ver seção 8.3.

Fase de operação (Pagamentos mensais)	
NOME DO SERVIÇO	QUANTIDADE
Infraestrutura de DC	1
<i>Colocation</i>	1
Rede metropolitana	1
Rede de acesso à Internet	1
Gestão e custódia de mídias	1 **

Nota: ** Ver seção 3.3.1.8.

Fase de operação (Pagamento sob demanda)			
NOME DO SERVIÇO		QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
Cabos de dados	Cabos ópticos	350	1300
	Cabos metálicos	150	600
<i>Racks</i>		5	15
Energia elétrica (kWh)		1.125.000	2.250.000

5. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

5.1. Devido à abrangência de serviços que compõem o objeto, alguns dos serviços poderão ser subcontratados. Tal opção visa ampliar a competição, possibilitando a participação na licitação de empresas que, por si só, não possuam condições de executar integralmente todos os serviços.

5.2. Somente os seguintes serviços poderão ser subcontratados:

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 5.2.1. Planejamento da Migração.
- 5.2.2. Migração.
- 5.2.3. Rede metropolitana.
- 5.2.4. Rede de acesso à Internet.
- 5.3. Registre-se que a subcontratação de serviços a outra sociedade não transferirá a esta a responsabilidade pela disponibilização dos referidos serviços. A responsabilidade integral pelo serviço principal objeto desta especificação permanece com a Contratada independentemente da realização de subcontratação de parcela do serviço.
- 5.4. No caso de subcontratação, devem ser observadas, ainda, as seguintes condições:
 - 5.4.1. A Contratada se obriga a exigir de cada subcontratada a assinatura do Termo de Confidencialidade, assinado pelo representante legal do subcontratado que este venha a designar para a disponibilização de recursos, conforme o modelo constante do **ANEXO VI do Edital – Termos de Confidencialidade - MODELO A (EMPRESA)**.
 - 5.4.2. A Contratada se obriga a exigir de cada subcontratada que seus profissionais respeitem as mesmas condições que os profissionais da Contratada deverão observar.
 - 5.4.3. A Contratada deverá justificar previamente ao BNDES quaisquer substituições de subcontratadas, no curso da vigência do contrato.
- 5.5. É admitida a participação de sociedades em consórcio.

6. VISTORIA TÉCNICA

- 6.1. As empresas LICITANTES terão direito de visitar as dependências do BNDES e do DC alternativo atual do BNDES para fins de vistoria, com o objetivo de avaliar as condições para prestação dos serviços a serem realizados, em dias e horários previamente acordados.
- 6.2. A LICITANTE que não realizar a vistoria não poderá alegar qualquer desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto e integral execução contratual nos termos previstos nas Especificações Técnicas.
- 6.3. A vistoria deverá ser marcada previamente, no horário de 10 às 18 horas em dias úteis e com uma antecedência mínima de 1 (um) dia útil observando-se a data limite para sua realização conforme previsto no Edital do Pregão, por e-mail enviado e entregue para o endereço licitacoes.infra@bndes.gov.br.
- 6.4. Todas as vistorias deverão ocorrer em até 2 (dois) dias úteis antes da data da sessão pública.
- 6.5. Durante a vistoria, as empresas interessadas serão acompanhadas por um representante do BNDES.
 - 6.5.1. Os técnicos da LICITANTE deverão assinar, antes do início da vistoria, o Termo de Confidencialidade, conforme o modelo constante do **ANEXO VI do Edital – Termo de Confidencialidade para Vistoria – MODELO D**.
- 6.6. A vistoria deverá ser utilizada pelas LICITANTES para aferir as condições gerais dos serviços a serem executados, tais como:

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 6.6.1. Obstáculos que possam limitar opções de soluções relacionadas ao serviço de rede metropolitana.
- 6.6.2. Avaliação de custo para serviço de migração.
- 6.7. No DC principal do BNDES não será permitido o porte de imãs, de aparelhos que gerem campos eletromagnéticos, de aparelhos de comunicação de voz e de dados de qualquer tipo, de câmeras fotográficas e de vídeo, de alimentos, de líquidos ou de quaisquer outros elementos estranhos às atividades realizadas no DC, a menos que seja autorizado formalmente pelo BNDES.
- 6.8. Na vistoria as empresas interessadas podem verificar as condições e o grau de dificuldade para realização dos serviços, podendo ser efetuados os exames e as medições necessárias, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento destes.
- 6.9. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a empresa interessada julgar necessário para a elaboração de sua proposta, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento dos dados quantitativos e qualitativos necessários para o total conhecimento de todas as particularidades dos serviços, não sendo aceitas, para efeitos legais, posteriores alegações de desconhecimento deles, decorrente de erros ou imperícias no levantamento executado.
- 6.10. O porte e a utilização de qualquer equipamento eventualmente necessário para as análises dos quesitos técnicos durante a vistoria devem ser previamente autorizados pelo BNDES.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1. O prazo de vigência do contrato será da seguinte forma:
- 7.1.1. Para a Fase de Implantação - até 90 dias corridos após a demanda do BNDES para início de prestação dos serviços de implantação.
- 7.1.2. Para a Fase de Operação - 60 meses contados a partir da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo da Fase de Implantação**.
- 7.1.3. Após os 60 (sessenta) meses de vigência do contrato da Fase de Operação, caso seja configurada a hipótese prevista no inciso II do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo de eventuais alterações legislativas posteriores, ou conforme a legislação vigente à época da prorrogação que venha a disciplinar a matéria, o BNDES poderá, de forma devidamente justificada, prorrogar o contrato por até mais 60 (sessenta) meses, mediante a concordância da CONTRATADA.

8. REQUISITOS DA PROPOSTA

- 8.1. Cada LICITANTE deverá apresentar Proposta de Preços, com valores unitários e globais de acordo com as exigências do edital e seus anexos.
- 8.2. A Proposta de Preços deverá conter obrigatoriamente os seguintes itens abaixo relacionados:
- 8.2.1. Descrição clara do OBJETO a que se refere.
- 8.2.2. Identificação da LICITANTE: nome, endereço completo, CEP e CNPJ.
- 8.2.3. Identificação do responsável, com seu CPF e e-mail.
- 8.2.4. Data e assinatura do responsável.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 8.2.5. Prazo de validade da proposta.
- 8.2.6. Planilhas com as cotações, conforme modelo do **ANEXO II do Edital**
- 8.2.7. Identificação do endereço do DC a ser utilizado para prestar os serviços.
- 8.3. Os preços deverão ser preenchidos obrigatoriamente conforme o respectivo modelo de planilha disponibilizado, cabendo à equipe do BNDES, responsável pela análise técnica das propostas, a validação dos resultados dos cálculos apresentados pela LICITANTE.
- 8.3.1. Caso a LICITANTE seja a atual contratada para prestação de serviço de DC alternativo ao BNDES, essa deverá zerar os valores dos serviços da Fase de implantação.
- 8.4. As descrições constantes nos modelos de planilhas de preços, estão apresentadas sob forma resumida, sendo obrigatória, portanto, a consulta às respectivas especificações neste documento, para a correta definição dos serviços a serem fornecidos.
- 8.5. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas e quaisquer outros tributos, quando aplicáveis.
- 8.6. A Proposta de Preço deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em Reais (R\$).
- 8.7. A Proposta deverá ter prazo de validade não inferior a 60 dias corridos, a partir da data de abertura das propostas.
- 8.8. O valor global da proposta comercial corresponderá ao somatório dos preços globais dos serviços, conforme a Planilha de Formação de Preços.
- 8.9. As LICITANTES não poderão alterar a estrutura das planilhas de formação de preços sem anuência do BNDES.
- 8.10. Serão exigidos, para aceitação de cada proposta, os seguintes requisitos:
- 8.10.1. Planilha de preços, conforme modelo de planilha fornecido por arquivo digital em formato Excel junto ao Edital;
- 8.10.2. Declaração de que a proposta comercial atende a todos os prazos, requisitos e especificações técnicas, conforme modelo do **Anexo I.B - Declaração de Atendimento aos Requisitos**.
- 8.11. Como condição para aceitação da proposta, a equipe técnica que dará suporte à licitação poderá, sempre que julgar necessário, realizar diligência com vistas à comprovação das características técnicas exigidas.
- 8.12. Em caso de subcontratação das atividades e recursos acessórios, juntamente com a documentação de sua proposta, a Contratada deverá informar ao BNDES quais deles serão subcontratados, o nome das empresas por eles responsáveis e o valor total da subcontratação, o qual estará limitado a 60% do valor global do Contrato.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

9. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

- 9.1. Deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o LICITANTE executou ou executa, sem ressalvas quanto à qualidade, objeto da mesma natureza ou similar da presente licitação, por pelo menos 12 (doze) meses consecutivos.
- 9.2. Consideram-se objetos da mesma natureza ou similares ao da presente Licitação a prestação de serviços continuados de *colocation* em DC próprio, sendo a prestação do *colocation* tendo no mínimo: 25m² de área; ou 5m de comprimento total de corredores frios; ou 14 *racks*.
- 9.3. Não será aceito o somatório de atestados para a comprovação da capacidade técnica mesmo que os serviços tenham sido prestados em período concomitante.
- 9.4. O atestado deverá conter as seguintes informações mínimas:
 - 9.4.1. Nome comercial da(s) sociedade(s) atestante(s);
 - 9.4.2. O período de execução do serviço;
 - 9.4.3. Descrição do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado;
 - 9.4.4. Data da emissão do(s) atestado(s).
- 9.5. Considerando a relevância dos serviços para o BNDES, serão exigidos os índices econômico-financeiros usualmente adotados no âmbito das contratações públicas, quais sejam: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), observando-se que, caso os índices apresentem resultado inferior a 1, o Licitante deverá comprovar que possui patrimônio líquido ou capital social de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor global da contratação.

10. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 10.1. Previamente à assinatura do Contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis a critério do BNDES, contados da convocação pelo BNDES, o Licitante vencedor deverá apresentar os seguintes documentos, além de outros eventualmente previstos no Edital:
 - 10.1.1. No caso de consórcio, apresentar contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante o BNDES.

11. GARANTIA CONTRATUAL

- 11.1. A Contratada deverá prestar garantia contratual, no prazo de até 10 dias úteis após a convocação pelo Gestor do Contrato, prorrogáveis a critério do BNDES, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, na modalidade que vier a escolher, dentre as previstas no §1º do art. 70, da Lei nº 13.303/2016.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

12. INÍCIO DO SERVIÇO

- 12.1. Após a assinatura do contrato, o BNDES deverá marcar uma reunião, doravante denominada Reunião Preliminar, agendada para data dentro do prazo de até 90 dias corridos após a assinatura do contrato. O BNDES deverá informar à Contratada, com antecedência mínima de 5 dias úteis, o local, a data e o horário.
- 12.2. A Contratada deverá comparecer à reunião, com a presença de:
 - 12.2.1. Seu representante legal.
 - 12.2.2. Dois empregados a serem definidos como prepostos perante o contrato.
 - 12.2.3. Empregado a ser definido como coordenador responsável pelo serviço de Preparação para fase de operação.
 - 12.2.4. Empregado a ser definido como coordenador responsável pelo serviço de Planejamento da Migração.
- 12.3. Esta reunião deverá ter a seguinte pauta mínima:
 - 12.3.1. Definição por parte do BNDES do gestor do contrato e da equipe técnica que acompanhará a Fase de implantação.
 - 12.3.2. Definição por parte da Contratada de seus prepostos perante o contrato, do coordenador responsável pelo serviço de Preparação para fase de operação e do coordenador responsável pelo serviço de Planejamento da Migração.
 - 12.3.3. Definição por parte do BNDES dos quantitativos iniciais de racks para a Fase de operação.
 - 12.3.4. Apresentação por parte da Contratada dos Termos de Confidencialidade aplicáveis.
 - 12.3.5. Demanda do BNDES para que a prestação dos serviços da Fase de implantação seja iniciada.
- 12.4. Após a demanda do BNDES para que a prestação dos serviços da Fase de implantação seja iniciada, a Contratada deverá iniciar imediatamente e concomitantemente a prestação do serviço de Preparação para fase de operação e do serviço de Planejamento da Migração, conforme descrito na seção 3.2.

13. NÍVEIS DE SERVIÇO

- 13.1. Durante a Fase de operação deverá ser realizada apuração de atendimento aos níveis de serviço, com frequência mensal e referente ao mês anterior.
 - 13.1.1. O escopo da apuração deverá incluir falhas em serviços da Fase de operação e atrasos no atendimento de chamados.
 - 13.1.2. Para falhas em serviços, a duração da falha deverá corresponder ao tempo decorrido desde a sua detecção até a normalização do respectivo serviço.
 - 13.1.3. Para atendimento de chamados, a duração do atendimento deverá corresponder ao tempo total decorrido em que o chamado esteve em estado “aberto”.
- 13.2. A apuração deverá representar o atendimento aos níveis de serviço no mês de referência pelo cálculo da Nota de Avaliação Mensal (NAM).

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

13.2.1. O valor inicial da NAM deverá ser de 10 pontos e deverá sofrer deduções de pontos nos seguintes casos:

13.2.1.1. Por falhas em serviço e por exceder o respectivo prazo para normalização.

13.2.1.2. Por exceder o prazo para atendimento de chamado.

13.2.2. A dedução de pontos por regra de dedução por hora deverá ser calculada arredondando-se para cima o tempo de falha (em horas).

13.2.3. A dedução de pontos por regra de dedução por dia deverá ser calculada arredondando-se para cima o tempo de falha (em dias).

13.3. A tabela a seguir descreve exigências cujos não atendimentos acarretarão dedução de pontos da NAM.

Exigência	Referência	Regras para dedução de pontos
Prestar todos os serviços da Fase de operação de forma contínua, sem interrupção, em regime de 24 horas por dia e 7 dias por semana.	3.3.1.3	0,1 ponto por hora.
Cada saída de equipamento do BNDES da área de armazenamento temporário deverá ser previamente autorizada pelo BNDES.	3.3.2.3.6	0,2 ponto por evento.
Registrar todas as entradas e as saídas de equipamentos da área de armazenamento temporário.	3.3.2.3.7	0,1 ponto por evento.
<i>No-breaks</i> deverão fornecer energia elétrica de forma contínua e sem interrupção.	3.3.2.4.8	2 pontos por evento e 1 ponto por hora.
Apenas pessoas autorizadas poderão acessar os ambientes com controle de acesso.	3.3.2.7.2 e 3.3.3.6	0,5 ponto por evento.
O tempo para viabilizar o acesso de visitantes à área de <i>colocation</i> do BNDES deverá atender o prazo de até 1 hora.	3.3.2.7.10	0,2 ponto por evento.
Informar ao solicitante via e-mail em até 15 minutos a confirmação do registro de abertura do chamado.	3.3.2.9.4.4	0,1 ponto por evento.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

Cada entrada e cada saída de equipamento da área de <i>colocation</i> deverão ser previamente autorizadas pelo BNDES.	3.3.3.19	0,5 ponto por evento.
Registrar todas as entradas e as saídas de equipamentos da área de <i>colocation</i> .	3.3.3.20	0,2 ponto por evento.
A temperatura do ar de entrada dos equipamentos na área de <i>colocation</i> deverá ser mantida dentro dos limites.	3.3.3.29	1 ponto por evento e 0,5 ponto por hora.
A umidade relativa do ar de entrada dos equipamentos na área do <i>colocation</i> deverá ser mantida dentro dos limites.	3.3.3.30	0,2 ponto por evento e 0,1 ponto por hora.
Indisponibilidade da rede metropolitana.	3.3.7.7.3	0,5 ponto por hora excedente.
O tempo total em que houver um ou mais enlaces utilizando sua respectiva rota alternativa deverá ser inferior a 48 horas.	3.3.7.7.4	0,1 ponto por hora.
Conclusão de alteração de local da rede metropolitana em até 48h após início.	3.3.7.12.2.3	0,1 ponto por hora excedente.
O tempo total de indisponibilidade mensal de cada conexão à Internet deve ser no máximo 7 horas.	3.3.8.5.6	0,2 ponto por hora excedente.
Em até 15 minutos após o início de um evento de ataque, deverá haver notificação ao BNDES sobre o evento e deverá ser iniciada a mitigação do ataque.	3.3.8.6.3	0,2 ponto por evento.
Registrar todas as movimentações de mídias de/para a sala de armazenamento de mídias.	3.3.9.8	0,1 ponto por evento.
A saída da sala de armazenamento de mídias deverá ser permitida apenas para mídias que entraram na sala há pelo menos 7 dias corridos.	3.3.9.10	1 ponto por evento.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

A temperatura do ar na sala de armazenamento de mídias deverá ser mantida dentro dos limites.	3.3.9.16	0,5 ponto por evento e 0,1 ponto por hora.
A umidade relativa na sala de armazenamento de mídias deverá ser mantida dentro dos limites.	3.3.9.17	0,1 ponto por evento e 0,05 ponto por hora.
Demais exigências definidas em “Condições gerais” ou relacionadas aos serviços da Fase de operação, não referenciadas acima.	2 3.3	0,2 ponto por evento.

13.4. A tabela a seguir descreve tipos de chamados cujos atrasos de atendimento acarretarão dedução de pontos da NAM.

Tipo de chamado	Referência	Prazo	Regras para dedução de pontos
Atualizar versões de correção de <i>softwares/firmwares</i> de equipamentos envolvidos na prestação dos serviços.	2.12.2	30 dias corridos	0,1 ponto por dia excedente.
Iniciar a prestação do serviço de Gestão e custódia de mídias.	3.3.1.8.2.2.1	60 dias corridos	0,1 ponto por dia excedente.
Fornecer/instalar, movimentar e desinstalar circuitos elétricos.	3.3.2.4.15	3 dias corridos	0,5 ponto por dia excedente.
Verificar e corrigir circuitos elétricos.	3.3.2.4.16	12 horas	0,15 ponto por hora excedente.
Fornecer cópia de imagens solicitadas.	3.3.2.8.5	24 horas	0,1 ponto por hora excedente.
Fornecer/instalar, movimentar e desinstalar cabos de dados.	3.3.4.5	3 dias corridos	0,5 ponto por dia excedente.
Verificar e substituir cabos de dados.	3.3.4.7	12 horas	0,15 ponto por hora excedente.
Fornecer/instalar racks.	3.3.5.4	30 dias	0,1 ponto por dia excedente.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

Movimentar e desinstalar racks.	3.3.5.5	7 dias	0,2 ponto por dia excedente.
Movimentação de mídias.	3.3.9.11	2 horas	0,1 ponto por hora excedente.
Verificação de correto funcionamento de equipamentos ou sistemas.	3.3.2.9.2.5	24 horas	0,1 ponto por hora excedente.
Apoio em evento de segurança.	3.3.2.9.2.8	2 horas	0,5 ponto por hora excedente.
Demais chamados	3.3.2.9.6.1	7 dias	0,2 ponto por dia excedente.

14. AJUSTES DE PAGAMENTO

- 14.1. Caso haja falha de atendimento de exigências relacionadas à prestação de serviços da Fase de implantação deverá ser aplicado ajuste de pagamento correspondente sobre cada valor a ser pago pelos serviços, conforme tabela abaixo.

Exigência	Seção de referência	Ajuste de pagamento
Concluir o serviço de Preparação para fase de operação em até 60 dias corridos após o início da sua prestação.	3.2.1.3	Desconto financeiro de 0,5% sobre o valor do serviço por dia corrido de atraso.
Concluir o serviço de Planejamento da Migração em até 60 dias corridos após o início da sua prestação.	3.2.1.4	Desconto financeiro de 0,5% sobre o valor do serviço por dia corrido de atraso.
Concluir o serviço de Migração em até 30 dias corridos após o início da sua prestação.	3.2.1.5	Desconto financeiro de 0,5% sobre o valor do serviço por dia corrido de atraso.
No serviço de Migração, realizar todas as etapas após o desligamento de equipamentos e antes do religamento de equipamentos em no máximo 72 horas corridas.	3.2.4.8	Desconto financeiro de 0,2% sobre o valor do serviço por hora corrida de atraso.

- 14.1.1. A aplicação de ajuste de pagamento para cada serviço deverá ser realizada de forma independente para cada serviço dessa fase, ficando limitada a 30% do valor individual.
- 14.1.2. Os eventuais ajustes de pagamento serão comunicados pelo BNDES à Contratada juntamente com os respectivos Termos de Recebimento dos serviços.
- 14.2. Caso haja não atendimento dos níveis de serviços na prestação dos serviços da Fase de operação durante o mês de referência deverá ser aplicado ajuste de

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

pagamento sobre o valor total a ser pago pelo conjunto de serviços prestados nesse período.

- 14.2.1. O ajuste de pagamento deverá ser baseado na NAM do mês de referência, calculada de acordo com o definido na seção 13, e na tabela abaixo.

NAM	Ajuste de pagamento
$NAM \geq 9,0$	Sem ajuste de pagamento
$8,0 \leq NAM < 9,0$	Desconto financeiro de 5%
$6,0 \leq NAM < 8,0$	Desconto financeiro de 10%
$4,0 \leq NAM < 6,0$	Desconto financeiro de 15%
$2,0 \leq NAM < 4,0$	Desconto financeiro de 20%
$NAM < 2,0$	Desconto financeiro de 30%

- 14.3. O descumprimento dos níveis de serviço sujeitará a Contratada à aplicação dos ajustes de pagamento acima definidos e à aplicação das penalidades previstas no item 18.

15. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL

- 15.1. Durante a Fase de operação a Contratada deverá emitir mensalmente um relatório com informações sobre os serviços prestados no mês anterior, doravante denominado Relatório de Acompanhamento Mensal.
- 15.2. O relatório deverá conter as seguintes informações do mês de referência:
- 15.2.1. Identificador do contrato e mês de referência.
 - 15.2.2. Nome, e-mail e telefone dos prepostos.
 - 15.2.3. Nome, e-mail e telefone do gestor do BNDES.
 - 15.2.4. Nome, e-mail e telefone de cada membro da equipe do BNDES de fiscalização do contrato.
 - 15.2.5. Lista de autorizadores e autorizados, referente ao sistema de controle de acesso de pessoas, incluindo eventuais restrições de autorização a ambientes de cada pessoa listada.
 - 15.2.6. Registros de eventos do sistema de controle de acesso de pessoas, com informações de identificação da pessoa, data/hora do evento e nome do ambiente.
 - 15.2.7. Registros de eventos de movimentação (entradas e saídas) de equipamentos da sala de armazenamento temporário de equipamentos, com identificação dos equipamentos movimentados, pessoa movimentadora e data/hora do evento. Para eventos de saída, devem ser informados também nome do autorizador do BNDES e data/hora de autorização.
 - 15.2.8. Relação de equipamentos armazenados na sala de armazenamento temporário de equipamentos, com descrição dos equipamentos.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Revisado por:

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 15.2.9. Registros de eventos de movimentação (entradas e saídas) de equipamentos da área de *colocation*, com identificação dos equipamentos movimentados, pessoa movimentadora e data/hora do evento. Para cada evento, devem ser informados também nome do autorizador do BNDES e data/hora de autorização.
- 15.2.10. Relação de equipamentos na área de *colocation*, com descrição dos equipamentos.
- 15.2.11. Registros de eventos de movimentação (entradas e saídas) de mídias da sala de armazenamento de mídias, com identificação das mídias movimentadas, pessoa movimentadora e data/hora do evento.
- 15.2.12. Relação de mídias na sala de armazenamento de mídias, com identificação das mídias.
- 15.2.13. Gráfico com histórico de temperatura e umidade relativa para cada medidor instalado na sala de armazenamento de mídias e na área de *colocation*.
- 15.2.14. Registros de eventos dos *no-breaks* que atendem a área de *colocation*, referentes a eventuais anomalias no fornecimento de energia elétrica à área de *colocation*.
- 15.2.15. Consumo elétrico (kWh) total da área de *colocation*, com memória de cálculo.
- 15.2.16. Registros de eventos de manutenção preventiva realizados em equipamentos da Contratada relacionados a: geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica; controle de temperatura e de umidade relativa do ar; detecção de fumaça e combate a incêndio; controle de acesso de pessoas; e gravação de imagens. Cada evento deverá ter descrição das ações realizadas.
- 15.2.17. Registros de eventos de falhas nos sistemas da Contratada relacionados a: geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica; controle de temperatura e de umidade relativa do ar; detecção de fumaça e combate a incêndio; controle de acesso de pessoas; gravação de imagens; rede metropolitana; e rede de acesso à Internet.
- 15.2.17.1. Para cada evento deverá haver: data/hora de ocorrência, descrição da falha, descrição das ações realizadas para normalização do respectivo sistema e data/hora de normalização.
- 15.2.18. Tempo mínimo de autonomia de geradores durante o mês de referência.
- 15.2.19. Tempo esperado de fornecimento de combustível de fonte externa ao DC.
- 15.2.20. Registros de chamados abertos no mês de referência, incluindo: identificador, data/hora de abertura, nome do solicitante, e-mail do solicitante, descrição e estado atual.
- 15.2.21. Registros de chamados abertos antes do mês de referência, incluindo: identificador, data/hora de abertura, nome do solicitante, e-mail do solicitante, descrição e estado atual.
- 15.2.22. Registros de mudanças de estado de chamados no mês de referência, incluindo: identificador, data/hora de abertura, nome do solicitante, e-mail do solicitante, descrição, data/hora da mudança de estado, estado anterior e novo estado.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 15.2.23. Cálculo da NAM, com memória de cálculo e lista de eventuais falhas que resultaram em deduções de pontos.
- 15.2.24. Tabela de valores, contendo: valores a serem pagos para cada serviço prestado; somatório dos valores; desconto por aplicação de ajuste de pagamento, se houver; valor final a ser pago pelos serviços.
- 15.2.24.1. Se o mês de referência for o primeiro mês ou o último mês de prestação de serviços da Fase de operação, o valor final deverá ser corrigido proporcionalmente (pro rata) em relação a quantidade de dias efetivos no mês de referência em que a Fase de operação estava ativa.
- 15.2.25. Fatos relevantes.
- 15.2.26. Errata de relatórios anteriores.
- 15.3. O BNDES poderá modificar a lista de informações obrigatórias do relatório.
- 15.4. O relatório deverá ser convertido em formato PDF, juntamente com seus anexos, assinado digitalmente pelo preposto da Contratada e enviado por e-mail ao BNDES até o décimo dia útil de cada mês.
- 15.5. O BNDES deverá analisar o relatório em até 10 dias úteis após recebimento.
- 15.5.1. Se o BNDES concordar com o conteúdo do relatório, o relatório deverá ser assinado digitalmente pelo gestor do BNDES e enviado de volta à Contratada, confirmando assim, a aprovação do relatório.
- 15.5.2. Se o BNDES identificar informações faltantes, erradas, inconsistentes, ou não representativas dos serviços prestados no mês de referência, o BNDES deverá informar à Contratada os problemas identificados, devendo a Contratada providenciar nova versão do relatório com as devidas correções.

16. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento pela prestação de cada um dos serviços da Fase de implantação deverá ser realizado em até 10 dias úteis após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo da Fase de Implantação**.
- 16.1.1. Se ajuste de pagamento for aplicável, conforme definido na seção 14, o BNDES aplicará desconto financeiro correspondente sobre cada valor a ser pago.
- 16.2. O pagamento pela prestação dos serviços da Fase de operação deverá ser realizado mensalmente, devendo ocorrer em até 10 dias úteis após a aprovação pelo BNDES do **Relatório de Acompanhamento Mensal** para o mês de referência.
- 16.2.1. Se ajuste de pagamento for aplicável, conforme definido na seção 14, o BNDES aplicará desconto financeiro correspondente sobre o valor a ser pago.
- 16.3. Para toda efetivação de pagamento, a Contratada deverá encaminhar o documento fiscal ou equivalente em meio digital para caixa postal eletrônica ou protocolar em sistema eletrônico próprio do BNDES, considerando as orientações do Contratante vigentes na ocasião do pagamento. No caso de emissão de documento fiscal exclusivamente em meio físico, o mesmo deverá ser encaminhado ao protocolo do BNDES para devido registro de recebimento.
- 16.4. No caso de faturas que cheguem ao BNDES vencidas ou com prazo de pagamento inferior a 10 dias úteis, a Contratada deverá emitir novo documento de cobrança com nova data para pagamento, respeitando o prazo mínimo de 10 dias

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

úteis entre a data do recebimento pelo BNDES e a nova data de pagamento ou, alternativamente, emitir documento que prorrogue a data de pagamento da fatura enviada.

17. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA

17.1. Além das demais obrigações estipuladas no Contrato ou estabelecidas em lei, constituem, ainda, obrigações da Contratada:

17.1.1. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo respectivo objeto contratado, não podendo, em qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas ocorridos na execução do serviço.

17.1.2. Indicar dois profissionais para a função de preposto da Contratada, sendo estes seus interlocutores junto ao BNDES para os assuntos relativos ao cumprimento das obrigações contratuais, e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo BNDES.

17.1.2.1. É responsabilidade do preposto:

17.1.2.1.1. Acompanhar a prestação dos serviços.

17.1.2.1.2. Manter atualizados os meios de abertura de chamados.

17.1.2.1.3. Agir como interlocutor ou designar técnico responsável para acompanhar chamados técnicos abertos.

17.1.2.1.4. Garantir que os prazos sejam cumpridos.

17.1.3. Manter sigilo em relação ao objeto contratado, bem como sobre dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais e demais informações não tornadas públicas pelo BNDES, de que venha a ter conhecimento em virtude da contratação, sendo vedada a divulgação das informações obtidas a terceiros em geral, e em especial a quaisquer meios de comunicação públicos e/ou privados.

17.1.3.1. Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo referido.

17.1.4. Apresentar, antes do início da prestação dos serviços, Termo de Confidencialidade, conforme o modelo constante do **ANEXO VI do Edital - Termos de Confidencialidade - MODELO A (EMPRESA)**, assinado por seus representantes legais.

17.1.5. Apresentar, antes do início da prestação dos serviços e a cada novo profissional a ser alocado para atendimento ao BNDES, Termo de Confidencialidade, conforme o modelo constante do **ANEXO VI do Edital - Termos de Confidencialidade - MODELO B (PROFISSIONAIS)**, assinado pelos profissionais.

17.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo BNDES;

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

- 17.1.7. Aceitar, por parte do BNDES, em todos os aspectos, a fiscalização no cumprimento do objeto contratado;
- 17.1.8. Responder pelos danos comprovadamente causados ao BNDES ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto contratado. A fiscalização ou o acompanhamento do BNDES não excluirá ou reduzirá essa responsabilidade da Contratada.
- 17.2. Em caso de transição na execução do serviço, deverão ser observadas as seguintes condições:
- 17.2.1. Durante os 90 (noventa) dias corridos anteriores ao encerramento do contrato, a Contratada se comprometerá a participar do projeto de transição do serviço contratados em conjunto com a empresa sucessora e o BNDES, sem prejuízo da prestação do serviço e sem ônus adicional para o BNDES.
- 17.2.2. Durante o projeto de transição, a Contratada deverá disponibilizar todas as informações pertinentes ao serviço prestado, solicitadas pela sociedade que irá sucedê-la no serviço.

18. PENALIDADES

- 18.1. Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e / ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:
- 18.1.1. Advertência;
- 18.1.2. Multa:
- 18.1.2.1. de até 20% (vinte por cento) sobre a parcela contratual descumprida, a critério da autoridade competente do BNDES, caso o descumprimento dos prazos de nível de serviço estabelecidos enseje ajustes de pagamento superiores aos limites previstos para descontos;
- 18.1.2.2. de até 30% (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de descumprimento das demais obrigações e prazos estabelecidos no contrato e não previstos nas alíneas acima.
- 18.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, pelo prazo previsto na legislação, apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida.
- 18.2. O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia contratual ou de crédito existente no BNDES em relação à Contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- 18.3. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades, serão assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 18.4. O somatório de todas as penalidades aplicadas estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor global do Contrato durante toda a vigência contratual.
- 18.5. A aplicação das sanções previstas não impede a rescisão unilateral do CONTRATO pelo BNDES, nas hipóteses legalmente previstas e conforme estabelecido no mesmo.

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

19. VALORES ESTIMADOS

19.1. Após pesquisa de preços realizada pelo BNDES, foram apurados os seguintes valores estimados:

Nome do Serviço	Valor Unitário	Qtd	Meses	Valor Total
Grupo A - MIGRAÇÃO / MOVING	1.370.000,00	1	-	1.370.000,00
A1 - Preparação para fase de operação	Percentual máximo no grupo			18%
A2 - Planejamento da Migração				15%
A3 - Migração				-
B1 - Infraestrutura de DC	73.196,80	1	60	4.391.808,00
B2 - Colocation	76.622,08	1	60	4.597.324,80
B3 - Rede metropolitana	241.729,39	1	60	14.503.763,40
B4 - Rede de acesso à Internet	39.759,12	1	60	2.385.547,20
B5 - Gestão e custódia de mídias	20.634,00	1	60	1.238.040,00
C1 - Cabos ópticos	1.150,00	1.300	-	1.495.000,00
C2 - Cabos metálicos	550,00	600	-	330.000,00
C3 - Racks	15.287,70	15	-	229.315,50
C4 - Energia elétrica (kWh)	2,51	2.250.000	-	5.647.500,00
Valor Global Estimado				36.188.298,90

19.2. Cabe ressaltar que o “VALOR TOTAL ESTIMADO” definido para cada serviço (coluna “NOME DO SERVIÇO”) corresponde ao limite máximo aceitável pelo BNDES para o respectivo item no âmbito do procedimento licitatório.

20. REAJUSTE

20.1. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será mantido, conforme o caso, pela revisão ou pelo reajuste, observados os limites e condições constantes da minuta de Contrato aprovada pelo BNDES. O reajuste estará limitado ao Índice de Custo de Tecnologia da Informação - ICTI, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

20.1.1. Ao ser aplicado reajuste sobre o valor de “C4 - Energia elétrica (kWh)”, o novo valor deve ser definido com precisão de 6 casas decimais.

21. ANEXOS

I.A. Informações de Equipamentos

I.B. Declaração de Atendimento aos Requisitos

Elaborado por:

Fabício dos Anjos Silva
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 12151-7

Marcio Ricardo Alves Gadelha de Araujo
Analista de Sistemas ATI/DESET/GPRO
Matr. 20032-9

Revisado por:

Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves
Coordenador de Serviços ATI/DESET/GPRO
Matr. 11816-8

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
ANEXO I.A - INFORMAÇÕES DE EQUIPAMENTOS

Relação de equipamentos com rack próprio que devem ser migrados do *data center* alternativo atual para o *data center* da Contratada

Fabricante	Descrição	Altura (cm)	Largura (cm)	Profundidade (cm)	Quantidade	Valor (R\$)
IBM	Mainframe Z16	202	62	118	1	6.454.603
IBM	Virtualizador de fitas Hydra TS7700	192	61	138	1	1.155.174
EMC2	NAS VNX5600	190	62	100	1	1.725.983
Hitachi	Storage VSP 5200	202	60	124	1	1.586.627
Huawei	Storage Oceanstor Dorado 6000 v6	202	60	124	1	5.619.962
IBM	Storage FlashSystem 5000	199	60	120	1	2.331.589
Schneider Electric	Rack AR3100	199	60	107	5	208.900

Relação de equipamentos com fixação em racks que devem ser migrados do *data center* alternativo atual para o *data center* da Contratada

Fabricante	Descrição	Altura (U)	Quantidade	Valor (R\$)
Cisco	MDS	8	2	2.987.294
Dell	POWEREDGE R210	1	1	10.000
Dell	POWEREDGE R440	1	3	120.000
Dell	POWEREDGE R350	1	1	20.000
DNet	KVM DN-JVM-1016-HDMI	1	5	33.108
Fortinet	Fortigate 40F	1	1	44.899
HP	ACCESS POINT ARUBA 555	6	1	5.410
HP	ARUBA - CX6300	1	6	191.592
Huawei	SW CORE HUAWEI 12808	17	2	508.114
Huawei	SWITCH 12804S	9	2	987.035
XFusion	2288HV7	2	33	3.661.367
Diversos	Réguas, PDUs, switches, ATSS, bandejas, DIOS, KVMs.	1	50	100.000

Valor total de equipamentos nas duas relações: R\$ 27.751.657

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 - BNDES
ANEXO I.B – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS

Referência: Pregão Eletrônico nº 009/2026

Data: __ / __ /20__

Empresa: _____

Declaro, na qualidade de representante legal da empresa _____, que a proposta comercial referente ao pregão ____/____ atende a todos os prazos, requisitos e especificações do Termo de Referência (ANEXO I) do edital.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Nome completo, telefone e e-mail

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 - BNDES
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

LICITANTE: _____ CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: (____) _____ E-MAIL: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____
NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____
PROFISSÃO: _____ FUNÇÃO NA SOCIEDADE: _____
RG: _____ CPF: _____

ESTABELECIMENTOS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL
(MATRIZ/FILIAL):

RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____

DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO: Contratação do serviço de disponibilização de Data Center alternativo.

Fase de implantação (Pagamento único)			
NOME DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (QUANTIDADE * VALOR UNITÁRIO)
A1 - Preparação para fase de operação	1		R\$ 0,00
A2 - Planejamento da Migração	1		R\$ 0,00
A3 - Migração	1		R\$ 0,00
A = Sub-total (A1 + A2 + A3) ==>			R\$ 0,00

Fase de operação (Pagamentos mensais)				
NOME DO SERVIÇO	QUANTIDADE	MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (QUANTIDADE * MESES * VALOR MENSAL)
B1 - Infraestrutura de DC	1	60		R\$ 0,00
B2 - Colocation	1	60		R\$ 0,00
B3 - Rede metropolitana	1	60		R\$ 0,00
B4 - Rede de acesso à Internet	1	60		R\$ 0,00
B5 - Gestão e custódia de mídias	1	60		R\$ 0,00
B = Sub-total (B1 + B2 + B3 + B4 + B5) ==>				R\$ 0,00

Fase de operação (Pagamento sob demanda)			
NOME DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (QUANTIDADE * VALOR UNITÁRIO)
Cabos de dados	C1 - Cabos ópticos	1.300	R\$ 0,00
	C2 - Cabos metálicos	600	R\$ 0,00
C3 - Racks	15		R\$ 0,00
C4 - Energia elétrica (kWh)	2.250.000		R\$ 0,00
C = Sub-total (C1 + C2 + C3 + C4) ==>			R\$ 0,00

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (A + B + C) ==>	R\$ 0,00
------------------------------------------	----------

O Licitante _____ declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão em referência, bem como todas as condições de execução do objeto, propondo sua execução pelo valor global de R\$ ____ (____), observados os valores unitários cotados na planilha de preços anexa¹.

Declara, ainda, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto.

Por fim, o Licitante _____ informa que a validade da presente proposta é de ____ (____) dias.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

(Representante Legal do Licitante)

Obs.: O Licitante deverá observar o prazo mínimo de validade da proposta estabelecido no item 3.3 do edital.

¹ O modelo da planilha de preços em Excel encontra-se disponível no endereço www.bndes.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 - BNDES
ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO OCS Nº /
CONTRATO SAP Nº

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E , NA FORMA
ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e , com sede em , [inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº], doravante denominado(a) simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento do Pregão Eletrônico nº 009/2026 - **BNDES**, autorizado em 05/03/2026, por intermédio da DEC DIR nº 035/2026 conforme previsão orçamentária sob as rubricas nº 3101700090, centro de custo nº BN00007000, código SAP 3010307, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Licitações e Contratos do Sistema **BNDES**, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação continuada do serviço de disponibilização de Data Center alternativo, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2026 - **BNDES**) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A vigência do Contrato se iniciará a contar da data de sua assinatura e terá duração de: (i) até 90 (noventa) dias, a contar da data de solicitação de início dos serviços pelo BNDES para a Fase de Implantação dos serviços e de (ii) 60 (sessenta) meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Fase de Implantação, para a Fase de Operação, podendo ser prorrogado, mediante aditivo, por até mais 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Primeiro

O **CONTRATADO** deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do Gestor do Contrato, apresentar, por intermédio do seu Representante Legal, sua manifestação sobre a prorrogação do Contrato.

Parágrafo Segundo

Independente da notificação do parágrafo anterior, o **CONTRATADO** deverá comunicar ao Gestor seu interesse quanto à prorrogação do contrato até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual.

Parágrafo Terceiro

A formalização da prorrogação será efetuada por meio de aditivo epistolar, dispensando-se a assinatura do **CONTRATADO**

Parágrafo Quarto

Caso o **CONTRATADO** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes das Especificações Técnicas (Anexo I deste Contrato) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – NÍVEIS DE SERVIÇO

Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pelo **BNDES**, observados os níveis de serviço descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Único

O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através da Comissão de Recebimento, mencionada na Cláusula de Obrigações do **BNDES** deste Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ _____ (_____), conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser, a critério do **BNDES**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (prioritariamente nota fiscal, e nos casos de dispensa da nota fiscal: fatura, boleto bancário com código de barras, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

O documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado ao **BNDES** no mês de sua emissão e até o dia 25 (vinte e cinco) do mesmo – ou data anterior que viabilize o tempestivo recolhimento de ISS, se a legislação tributária municipal incidente assim exigir – possibilitando o cumprimento, pelo **BNDES**, das obrigações fiscais principais e

acessórias decorrentes deste Contrato. Havendo impedimento legal para o cumprimento desse prazo, o documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado até o primeiro dia útil do mês seguinte da prestação do serviço/fornecimento do bem.

Parágrafo Segundo

A apresentação do documento de cobrança fora do prazo previsto nesta cláusula poderá implicar em sua rejeição e no direito do **BNDES** se ressarcir, preferencialmente, mediante desconto do valor a ser pago ao **CONTRATADO**, por qualquer penalidade tributária incidente pelo atraso.

Parágrafo Terceiro

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal ou equivalente legal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Quarto

O primeiro documento fiscal ou equivalente legal terá como objeto de cobrança o período compreendido entre o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais ou equivalentes legais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês. O último documento fiscal ou equivalente legal, por seu turno, referir-se-á ao período compreendido entre o primeiro dia do último mês da prestação dos serviços e o último dia de serviço prestado. Em todos os casos, o documento fiscal ou equivalente legal só poderá ser emitido e apresentado ao **BNDES** após a efetiva prestação do serviço, respeitado o disposto no Parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto

Para toda efetivação de pagamento, o Contratado deverá encaminhar o documento fiscal ou equivalente em meio digital para caixa postal eletrônica ou protocolar em sistema eletrônico próprio do **BNDES**, considerando as orientações do Contratante vigentes na ocasião do pagamento. No caso de emissão de documento fiscal exclusivamente em meio físico o mesmo deverá ser encaminhado ao protocolo do **BNDES** para devido registro de recebimento.

Parágrafo Sexto

(Apenas nos casos em que o Contratado for um consórcio)

A sociedade líder do Consórcio poderá apresentar um documento fiscal ou equivalente legal para cada consorciado envolvido na execução contratual, proporcionalmente à respectiva parcela na execução do objeto quando permitido pela legislação tributária e desde que observadas as condições previstas nesta Cláusula.

Parágrafo Sétimo

O **BNDES** não efetuará pagamento diretamente em favor do(s) Subcontratado(s).

Parágrafo Oitavo

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número SAP do Contrato;
- III. número do pedido SAP, a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- IV. número da Folha de Registro de Serviços (FRS), a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- V. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- VI. período de referência da execução do objeto;
- VII. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VIII. nome, telefone e *e-mail* do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- IX. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- X. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- XI. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- XII. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- XIII. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento - DIF;
- XIV. número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP); e
- XV. destaque das retenções tributárias aplicáveis, conforme estabelecido na DIF.

Parágrafo Nono

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, o **CONTRATADO** fornecerá todos os documentos comprobatórios.

Parágrafo Décimo

Caso o **CONTRATADO** emita documento fiscal ou equivalente legal autorizado por Município diferente daquele onde se localiza o estabelecimento do **BNDES** tomador do serviço e destinatário da cobrança, deverá providenciar o cadastro junto à Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente do Município do estabelecimento tomador, salvo quando se aplicar uma das exceções constantes dos incisos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 116/03. A inexistência desse cadastro ou o cadastro em item diverso do faturado não constitui impeditivo ao processo de pagamento, mas um ônus

a ser suportado pelo **CONTRATADO**, uma vez que o **BNDES** está obrigado a reter na fonte a quantia equivalente ao ISS dos serviços faturados, conforme legislação aplicável.

Parágrafo Décimo Primeiro

O documento fiscal ou equivalente legal emitido pelo **CONTRATADO** deverá estar em conformidade com a legislação do Município onde o **CONTRATADO** esteja estabelecido, cuja regularidade fiscal foi avaliada na etapa de habilitação, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.

Parágrafo Décimo Segundo

Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Décimo Terceiro

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Décimo Quarto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Décimo Quinto

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

Parágrafo Décimo Sexto

Fica assegurado ao **BNDES** o direito de deduzir do pagamento devido ao **CONTRATADO**, por força deste Contrato ou de outro contrato mantido com o **BNDES**, o valor correspondente aos pagamentos efetuados a maior ou em duplicidade.

CLÁUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia ____/____/____, data de apresentação da proposta (Anexo II deste Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou outro índice que vier a substituí-lo, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

Parágrafo Segundo

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador do reajuste, ou a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

Parágrafo Quinto

Se o processo de reajuste e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do Contrato, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da proposta do **CONTRATADO** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:

I. realizar negociação de preços junto ao **CONTRATADO**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após o reajuste e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou

II. rescindir o Contrato, mediante aviso prévio ao **CONTRATADO**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no inciso anterior.

Parágrafo Sexto

Na ocorrência da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo anterior, o **CONTRATADO** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de reajuste e/ou revisão de preços até o término do Contrato, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e

absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo III deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, garantia contratual, sob pena de aplicação de penalidade nos termos deste Contrato, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, no valor de R\$ _____, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor do **BNDES**, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao **CONTRATADO**;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Primeiro

O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **CONTRATADO** durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

Parágrafo Segundo

Havendo majoração do preço contratado, decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, fica dispensada a atualização da garantia, salvo se o valor da atualização for igual ou superior ao patamar referenciado no inciso II do artigo 91 do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Terceiro

Nos demais casos que demandem a complementação ou renovação da garantia, tais como alteração do objeto (aditivo quantitativo ou qualitativo), prorrogação contratual, dentre outros, o **CONTRATADO** deverá providenciá-la no prazo estipulado pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

Sempre que o contrato for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, o **CONTRATADO** deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento ou aditivo epistolar, conforme o caso. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao **CONTRATADO** obter nova garantia no mesmo prazo, prorrogável por igual período a critério do **BNDES**.

Parágrafo Quinto

A garantia contratual deverá cobrir:

- I.** todas as obrigações decorrentes do objeto contratual, assim como eventuais danos decorrentes de seu descumprimento;
- II.** todas as obrigações relacionadas ao objeto principal, ainda que decorrentes de sua manutenção e/ou refazimento, bem como das medidas necessárias à prevenção ordinária de sinistros, prejuízos e danos em geral;
- III.** prejuízos decorrentes de atos de corrupção praticados sem participação dolosa do **BNDES** ou de seus representantes;
- IV.** prejuízos diretos causados ao **BNDES** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

- V. multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pelo **BNDES** ao **CONTRATADO**;
- VI. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo **CONTRATADO**, quando o objeto contratual demandar cessão de mão de obra com dedicação exclusiva.

Parágrafo Sexto

Em caso de prorrogação da vigência ou alteração do objeto contratual, o **CONTRATADO** deverá notificar a entidade fiadora/seguradora, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da formalização do respectivo Instrumento Contratual.

Parágrafo Sétimo

Por se tratar de garantia contratual prestada em benefício de uma Estatal, caso os documentos de caução, fiança ou seguro façam referência à Lei nº 8.666/1993 e/ou à Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições respectivas da Lei nº 13.303/2016, no que couber.

Parágrafo Oitavo

(Apenas nos casos em que o Contratado for um consórcio)

No caso de Consórcio, somente será aceita uma única garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e a ausência de impedimentos exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição, a si ou a qualquer **consorciada**, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;

VI. assumir a responsabilidade integral por quaisquer ônus que venham a ser impostos ao **BNDES** em virtude de documento fiscal que seja emitido em desacordo com a legislação aplicável;

VII. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante:

a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou

b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;

VIII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;

IX. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;

X. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;

XI. fornecer informações para o gerenciamento, por parte do BNDES, de riscos social, ambiental ou climático, relacionados ao objeto do contrato.

XII. apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a convocação, a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF, adequadamente preenchida, sob pena de instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, e de retenção tributária, pelo BNDES, nos casos previstos em lei, da alíquota que entender adequada;

a) as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal;

b) no caso de subcontratação ou [consórcio](#), o **CONTRATADO** deverá apresentar, ainda, uma DIF para cada subcontratado/[consorciado](#), devidamente preenchida(s) com os respectivos dados e assinada(s) pelo(s) respectivo(s) representante(s) legal(is).

XIII. atender às solicitações do BNDES relativas à transição contratual entre o **CONTRATADO** e o seu sucessor na execução dos serviços, prestando todo o suporte, a fim de que o objeto contratado não seja interrompido

XIV. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo o **CONTRATADO** ser instado a intervir no processo;

XV. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;

XVI. devolver recursos disponibilizados pelo **BNDES**, revogar perfis de acesso de seus profissionais, eliminar suas caixas postais e adotar demais providências aplicáveis ao término da vigência deste Contrato.

XVII. Gerenciar, resolver e tratar quaisquer conflitos ou questões relacionadas a eventuais subcontratadas na prestação dos serviços neste documento descritos;

XVIII. Informar a seus profissionais que algumas das informações às quais terão acesso são protegidas pela *Lei de Sigilo Bancário* e que, portanto, qualquer divulgação não autorizada de tais informações poderão ser caracterizada como ato criminoso, com possíveis implicações de ordem penal aos infratores;

XIX. Atender integralmente às Resoluções CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, com as atualizações definidas pela Resolução CMN nº 5.076 de 18/5/2023, no tocante às obrigações da CONTRATADA na gestão de riscos para a prestação dos serviços contratados;

XX. Notificar o BNDES sobre a utilização de serviços terceiros relevantes para a prestação dos serviços contratados;

XXI. Garantir via instrumentos contratuais que eventuais subcontratadas atendam a todos os requisitos exigidos por este documento que seja aplicável;

XXII. Manter o BNDES permanentemente informado sobre eventuais limitações que possam afetar a prestação dos serviços ou o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor;

XXIII. A **CONTRATADA** não terá qualquer direito de propriedade ou licença para usar, vender, explorar, copiar ou realizar qualquer uso secundário das informações do BNDES, nem sua propriedade intelectual, incluindo lista de fornecedores ou clientes, direitos autorais, marcas, nomes comerciais e segredos comerciais;

XXIV. Caso a **CONTRATADA** receba uma solicitação de acesso emitida por uma autoridade governamental, do Brasil ou do exterior, aos dados do BNDES armazenados em decorrência do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá dar ciência imediata ao BNDES, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação e desde que expressamente exigido, por escrito, pela autoridade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;

III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

IV. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigentes ao tempo da contratação, bem como a Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores, todos os profissionais envolvidos na execução do objeto e eventuais subcontratados pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;

V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;

VI. informar imediatamente ao **BNDES** a ocorrência de potencial situação de conflito de interesses, comunicando na mesma oportunidade as medidas que serão adotadas para o tratamento da questão; e

VII. notificar imediatamente o **BNDES** sobre qualquer investigação ou procedimento iniciado por autoridade governamental relacionado à violação de Leis Anticorrupção (nacional ou estrangeira) e/ou de obrigações da empresa, de seus administradores, diretores, prepostos, empregados, representantes ou terceiros a seu serviço, incluindo subcontratados, referentes a este Contrato.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** recomenda, ao **CONTRATADO**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete ao **CONTRATADO** afastar imediatamente da execução do

Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;

II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;

III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:

a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;

b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob

seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

V. apresentar, antes do início da prestação dos serviços, Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante do Anexo V (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e

VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seu Representante Legal, constante do Anexo IV (Termo de Confidencialidade para Representante Legal) deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas de boa governança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, inclusive de segurança, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados pessoais em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais diretamente pelo **CONTRATADO**, esta será realizada mediante prévia aprovação do **BNDES**, responsabilizando-se o **CONTRATADO** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. O **CONTRATADO** deverá seguir as instruções recebidas do **BNDES** em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. No caso de tratamento de dados pessoais realizado pelo **CONTRATADO** para cumprimento de suas obrigações legais ou para atendimento de suas próprias finalidades, o **BNDES** não será considerado “Controlador de Dados Pessoais” e, sim, o **CONTRATADO**;

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização do **BNDES**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

- VI.O CONTRATADO** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;
- VII.**Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pelo **CONTRATADO**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.
- VIII.O CONTRATADO** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.
- IX.O BNDES** possui direito de regresso em face do **CONTRATADO** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- X.O CONTRATADO** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.
- XI.O CONTRATADO** deverá informar imediatamente ao **BNDES** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pelo **BNDES** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.
- XII.O CONTRATADO** deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pelo **BNDES**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- XIII.**Qualquer incidente ao qual o **CONTRATADO** tiver dado causa e que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado ao **BNDES**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo ao **CONTRATADO** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. Ao final da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

Parágrafo Primeiro

As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, o **BNDES** será considerado “Controlador de Dados”, e o **CONTRATADO** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso o **CONTRATADO** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções do **BNDES**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

Parágrafo Segundo

Cada uma das Partes será controladora independente, para os fins desse **CONTRATO**, cabendo definir individualmente as bases legais apropriadas e diretrizes para as operações de tratamento, em relação aos seguintes dados pessoais: (i) que vierem a coletar diretamente junto aos respectivos titulares, desde que essa operação de tratamento se dê com base em suas próprias decisões; (ii) oriundos de suas próprias bases de dados; e (iii) relativos ao seu corpo de colaboradores, funcionários e/ou prepostos envolvidos para a regular execução deste Contrato.

Parágrafo Terceiro

Caso o **CONTRATADO** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que o **BNDES** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte do **CONTRATADO**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações do **BNDES**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

Parágrafo Quarto

A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao **CONTRATADO**, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo **BNDES**, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pelo **BNDES** dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

Parágrafo Quinto

Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de

licitação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional do **BNDES** e em cumprimento à Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Parágrafo Sexto

As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como informar aos titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, Gedir Fabiano de Moraes Gonçalves, que atualmente exerce a função de coordenador de serviços da ATI/DESET/GPRO, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar, como substitutos do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, os empregados Fabricio dos Anjos Silva e Leonardo Ferreira Moura, que atualmente exercem suas funções na ATI/DESET/GPRO;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;
- V. designar o Fiscal do Contrato que auxiliará o Gestor do Contrato no acompanhamento, na fiscalização e na avaliação da execução do objeto;
- VI. designar a Comissão de Recebimento, a quem caberá o recebimento do objeto, em conjunto com o Gestor do Contrato;
- VII. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, acesso ao Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VIII. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e
- IX. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e

c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EQUIDADE DE GÊNERO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

O **CONTRATADO** deverá comprovar, sempre que solicitado pelo **BNDES**, a inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pelo próprio **CONTRATADO** ou dirigentes, administradores ou sócios majoritários, que importem em discriminação de raça, etnia ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou, ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso ou pessoa com deficiência ou importem em crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição.

Parágrafo Primeiro

Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória, nos termos referidos no *caput* desta Cláusula, a execução do objeto contratual poderá ser suspensão pelo **BNDES** até a comprovação do cumprimento da reparação imposta ou da reabilitação do **CONTRATADO** ou de seus dirigentes, conforme o caso.

Parágrafo Segundo

A comprovação a que se refere o *caput* desta Cláusula será realizada por meio de declaração, sem prejuízo da verificação do sistema informativo interno do **BNDES** – Sistema de Gerenciamento do Cadastro de Entidades (N02), acerca da inexistência de sanção em face do **CONTRATADO** e/ou de seus dirigentes, administradores ou sócios majoritários que impeça a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e

II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo, por conseguinte, jus ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É admitida a subcontratação da parcela do objeto deste Contrato referente aos serviços de planejamento da migração, migração, rede metropolitana e rede de acesso à Internet, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal operação; e
- II. atendimento de todas as condições contratuais e requisitos para a subcontratação previstos no Edital e no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato), cabendo ao **CONTRATADO** apresentar, sempre que solicitado pelo **BNDES**, os respectivos documentos comprobatórios.

Parágrafo Quarto

A subcontratação pode ser realizada com sociedades distintas e de forma simultânea, devendo, em todos os casos, ser relacionada à parcela do objeto autorizada pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Caso o **CONTRATADO** opte por subcontratar o objeto deste Contrato, permanecerá como responsável perante o **BNDES** pela adequada execução do ajuste, sujeitando-se, inclusive, às penalidades previstas neste Contrato, na hipótese de não cumprir as obrigações ora pactuadas, ainda que por culpa da sociedade subcontratada.

Parágrafo Sexto

Aceita, pelo **BNDES**, a subcontratação, o **CONTRATADO** deverá apresentar os Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante do Anexo VI (Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação) deste Contrato, assinados pelo representante legal e pelos profissionais da sociedade subcontratada envolvidos na execução dos serviços subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I. advertência;

II. multa, de acordo com o Anexo I (Termo de Referência); e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

Parágrafo Primeiro

As penalidades serão aplicadas observadas as normas do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá requerer a reconsideração para a decisão de advertência, ou interpor o recurso cabível para as demais penalidades, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Terceiro

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

A multa poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Sétimo

A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES não importa em renúncia às penalidades prevista neste Contrato e no Anexo I (Termo de Referência).

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista no inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

Parágrafo Segundo

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento, os ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato e alterações de preços decorrentes decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, que poderão ser celebrados por meio epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

- I. consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do **BNDES**, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;
- III. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário

para a sua execução, nos prazos contratuais;

IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

V. quando for decretada a falência do **CONTRATADO**;

VI. caso o **CONTRATADO** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;

VIII. caso o **CONTRATADO** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

IX. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** licitar ou contratar com o **BNDES**;

X. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

XI. em razão da dissolução do **CONTRATADO**;

XII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 009/2026 - BNDES

Anexo II - Proposta

Anexo III - Matriz de Risco

Anexo IV - Termo de Confidencialidade para Representante Legal

Anexo V - Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais

Anexo VI - Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As partes consideram, para todos os efeitos, a data da última assinatura digital como a data de formalização jurídica deste instrumento.

As folhas deste contrato foram conferidas por Stella Marques Macedo, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

CONTRATADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 - BNDES
ANEXO IV – MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Possibilidade de Período sem cobertura dos serviços contratuais previstos.	Diligência da empresa contratada na execução contratual.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Possibilidade de período sem cobertura dos serviços contratuais previstos e orientação técnica.	Planejamento empresarial.	Contratada
	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do BNDES.	Possibilidade de Período sem cobertura dos serviços contratuais previstos.	Cumprimento pelo BNDES das atividades necessárias a regular execução contratual.	BNDES.
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço contratado, observada a disciplina contratual.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BNDES.
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro da Contratada.	Planejamento tributário.	Contratada.
	Variação da inflação.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Previsão de reajuste anual.	BNDES, até o índice de reajuste; Contratada, se acima do índice de reajuste.

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratada.
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviços e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	BNDES.
	Elevação de custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada.

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Técnico e/ou Operacional	Impossibilidade de instalação de atualização e/ou correção fornecida nos termos dos serviços de suporte, em decorrência de customização realizada pelo BNDES e/ou terceiro a seu serviço.	Problemas na operação do software.	Mapeamento de customizações e planejamento na implementação de melhorias do software.	BNDES.
	Dano aos equipamentos durante o processo de migração.	Indisponibilidade dos equipamentos afetados. Se o equipamento não tiver outro redundante ou em caso de dano à grande quantidade de equipamentos, haveria não operação do DC alternativo.	Embalamento de proteção. Exigência de empresa com experiência no serviço de migração.	Contratada
	Roubo de equipamentos durante o processo de migração.	Indisponibilidade de operação do DC alternativo.	Exigência de escolta armada durante o transporte em vias públicas.	Contratada
Risco Tributário e Fiscal (não tributário).	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratada
Risco Tributário e Fiscal	Majoração de alíquotas dos tributos incidentes sobre a prestação dos serviços objeto do contrato.	Aumento do valor total do contrato.	Reequilíbrio contratual.	BNDES.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 - BNDES
ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÃO

MODELO A

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO E DE
CONTRATAÇÃO**

_____, CNPJ nº ____, sediada em _____, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, a inexistência de impedimentos normativos à contratação com o BNDES ou suas subsidiárias¹, declarando ainda que:

- I.** em relação ao art. 38 da Lei n.º 13.303/2016:
- a)** não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do BNDES ou de suas subsidiárias;
 - b)** não está cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES ou com suas subsidiárias;
 - c)** não foi declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - d)** não possui sócio ou administrador que seja sócio de outra empresa que está suspensão, impedida ou declarada inidônea;
 - e)** não possui sócio ou administrador que tenha sido sócio ou administrador de outra empresa suspensão, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - f)** que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
 - g)** que não possui sócio que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BNDES ou suas subsidiárias há menos de 6 (seis) meses; e
 - h)** não possui administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar, até o terceiro grau civil, de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do BNDES.
- II.** não está proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou

¹ BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME

empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público²;

- III. em relação ao art. 48 da Lei n.º 13.303/2016, quando se tratar de obras e serviços de engenharia:
 - a) não elaborou o anteprojeto ou o projeto básico da licitação e/ou contratação, isoladamente ou por meio de consórcio; e
 - b) não possui administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante, que tenha sido autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação e/ou da contratação.
- IV. em relação à Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES (Res. CA nº 04/2024 - BNDES)³, inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pela sociedade ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça, etnia ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso ou pessoa com deficiência, ou importem em crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição;
- V. em relação à Política para Transações com Partes Relacionadas (Res. CA nº 17/2023 – BNDES):
 - a) não é controlada por Superintendente, Diretor ou membro de Órgão previsto no estatuto social das empresas do Sistema BNDES;
 - b) não é controlada por cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o 2º grau, de qualquer pessoa referida no inciso (i) acima;
- VI. em relação à Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do Sistema BNDES (Res. CA nº 102/2024 – BNDES), que:
 - a) atua em estrita conformidade com a Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do Sistema BNDES (PPLDT);

² Este inciso alcança todas as sanções de impedimento de licitar e contratar previstas nos demais dispositivos legais, tais como as decorrentes da Lei nº 8.429/1992, da Lei nº 9.605/1998, da Lei nº 9.504/1997 e as decorrentes de práticas lesivas à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

³ Disponível em <https://ri.bndes.gov.br/governanca-corporativa/estatutos-codigo-e-politicas>.

- b) não está envolvido, direta ou indiretamente, em quaisquer atividades ilícitas, incluindo, mas não se limitando a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou proliferação de armas de destruição em massa;
 - c) não é alvo de sanções internacionais, especialmente aquelas previstas pela Lei nº 13.810/2019 e monitoradas em conformidade com normativos vigentes;
 - d) compromete-se a colaborar com quaisquer diligências solicitadas pelo BNDES para fins de PLDFT, mantendo total transparência e fornecendo informações ou documentos adicionais sempre que necessário.
-
- VII.** não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;
 - VIII.** compromete-se a informar ao BNDES, a qualquer tempo, a alteração das condições declaradas acima;
 - IX.** está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
 - X.** não designará, para a execução dos serviços ora contratados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente do Sistema BNDES.

Local, data.

Assinatura do representante legal.

MODELO B

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORNECIMENTO – DIF

Instruções para Preenchimento:

- 1) Antes de começar a preencher, favor ler a aba Instruções Gerais deste arquivo;
- 2) Preencher apenas os campos hachurados em azul. O restante da planilha está bloqueado;
- 3) Cada campo tem comentários para auxiliar o preenchimento. Passe o mouse para acessar os comentários;
- 4) Preencher uma DIF para cada unidade econômica do fornecedor (matriz e/ou filiais), que vierem a efetivamente fornecer o produto e/ou prestar o serviço. Nesse caso, os documentos de cobrança deverão ser emitidos por estas unidades econômicas; e
- 5) Preencher uma DIF para cada subcontratado do fornecedor que emitir documentos de cobrança contra o BNDES.

1) CONTRATANTE

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Endereço: Avenida República do Chile, 100, Centro, CEP 20031-917

CNPJ: 33.657.248/0001-89
Inscr. Mun.: 047.146-1
Rio de Janeiro - RJ

2) DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR OU DO(S) SUBCONTRATADO(S)

☐ FORNECEDOR ☐ SUBCONTRATADO

Razão Social/Nome:

Endereço Completo:

DADOS*	PESSOA JURÍDICA		PESSOA FÍSICA
CNPJ/CPF			
NIT/PIS/PASEP			
Natureza Jurídica			
Entidade Sem Fins Lucrativos	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Entidade Beneficente de Assistência Social	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
CÓDIGO CNAE(i) - Atividade Principal / N° CBO(ii)			
CÓDIGO CNAE da Atividade do fornecimento:			
Inscrição Estadual			
Inscrição Municipal			
Código CFOP(iii)			
Classificação NCM(iv)			
Optante SIMPLES NACIONAL	<input type="checkbox"/> Optante	<input type="checkbox"/> Não optante	
Optante pelo SIMEI(v)	<input type="checkbox"/> Optante	<input type="checkbox"/> Não optante	

(i) CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas; (ii) CBO - Classificação Brasileira de Ocupações; (iii) CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações; (iv) NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul; e (v) SIMEI - Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI).

3) OBJETO DO FORNECIMENTO

☐ PRODUTO ☐ SERVIÇO ☐ PRODUTO E SERVIÇO

OBJETO:

4) CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

PRODUTO/SERVIÇO	VALOR BRUTO (R\$)	MUNICÍPIO(S) DA ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO
PRODUTO		
SERVIÇO		
TOTAL	-	

Valor Bruto é o valor referente ao escopo desta DIF, sem nenhuma dedução de tributos. Não considerar valores de fornecimento de outras unidades econômicas ou subcontratações.

☐ Subcontratação (para os casos permitidos na Lei 8.666/93) N° de subcontratações: ☐

TIPO DE DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO*:

NF ☐ NF-e ☐ NFS-e ☐ DANFE ☐ RPCI ☐ RECIBO ☐ OUTROS ☐ QUAIS? _____

* As siglas mencionadas neste campo têm o significado a seguir: (i) NF - Nota Fiscal; (ii) NF-e - Nota Fiscal Eletrônica; (iii) NFS-e - Nota Fiscal de Serviço Eletrônica; (iv) DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica; e (v) RPCI - Recibo de Pagamento a Contribuinte Individual (antigo RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo).

5) INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Diretrizes básicas para preenchimento:

1) IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS:

- 1.1) Observar o art. 34 da Lei nº 10.833/03, que trata da obrigação das empresas públicas (BNDES) em efetuar as retenções na fonte, a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430/96; e
- 1.2) Observar a IN RFB nº 1.234/12.

2) RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA (INSS) - aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada:

- 2.1) Observar a IN RFB nº 971/09, em especial a partir do art. 112, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/11; e
- 2.2) Observar a CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário).

3) ISS:

- 3.1) Observar a Lei Complementar (LC) nº 116/03, em especial a regra geral contida no caput do art. 3º, que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador do serviço";
- 3.2) Verificar se a categoria de serviço prestado se enquadra nas exceções previstas no art. 3º da LC nº 116/03, em que o ISS é devido no "local da prestação";
- 3.3) Consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003, especialmente o regulamento do município competente para a cobrança do ISS; e
- 3.4) Considerar os registros nos cadastros municipais de empresas prestadoras de outros municípios, se aplicável (verificar CEPOM/Rio de Janeiro).

4) SIMPLES NACIONAL, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS e ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 4.1) Optante pelo Simples Nacional (salvo os serviços de construção civil, paisagismo, vigilância, limpeza ou conservação, e serviços advocatícios) ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), (conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/06 ou art. 149 da IN RFB nº 971/09, respectivamente); e
- 4.2) Optante pelo Simples Nacional, Entidade Sem Fins Lucrativos ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção dos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/12, devendo enviar a declaração prevista no Anexo II, III ou IV; conforme enquadramento. No caso de Entidade Beneficente de Assistência Social, que atue nas áreas da saúde, da educação e/ou da assistência social, será necessário adicionalmente enviar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme art. 6º, § 6º e 7º da IN RFB 1.234/12, alterada pela IN RFB 1.540/15. Nos termos do § 7º do art. da 6º da IN RFB nº 1.243/2012, não serão aceitos comprovantes de protocolos de requerimento de concessão ou renovação do CEBAS.

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS

Preencher os valores dos produtos/mercadorias faturados diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO PRODUTO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL MARQUE COM "X" (B)		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x D)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APLICÁVEL)
		SIM	NÃO				
IRPJ		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
CSLL		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		1,00%		
PIS/PASEP		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		0,65%		
COFINS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		3,00%		
ICMS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				

Observação 1: O BNDES **NÃO** é contribuinte do ICMS, por isso, **NÃO** se aplicam alíquotas interestaduais.

Observação 2: Se o fornecimento implicar em produtos que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Conferir o enquadramento do serviço na LC nº 116/03 (campos "COD LC 116/03" e "DESCRIÇÃO"), e informar a inscrição no Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios - CEPOM/Rio de Janeiro, se aplicáveis:

COD LC 116/03	DESCRIÇÃO	COD CEPOM/RJ

Enquadrar o serviço como cessão de mão de obra / empreitada:

Marque com "X" as respostas ao lado das quatro perguntas a seguir, para determinação de existência de retenção previdenciária.

- a) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo I? (veja aba "Anexos I e II" deste arquivo)
- b) Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo II? (veja aba "Anexos I e II" deste arquivo)
- c) Os serviços serão prestados nas dependências do BNDES ou em local por ele estabelecido?
- d) Os serviços contratados são de necessidade contínua do BNDES?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Se as respostas "a" e "c" forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Se as respostas "b", "c" e "d" forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Caso não sejam satisfeitas as combinações acima, não haverá retenção previdenciária.

De acordo com as respostas acima, haverá retenção previdenciária? (conforme IN RFB nº 971/2009)

Preencher com os valores referentes aos serviços faturados diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO SERVIÇO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL MARQUE COM "X" (B)		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x D)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APLICÁVEL)
		SIM	NÃO				
IRPJ		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
CSLL		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		1,00%		
PIS/PASEP		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		0,65%		
COFINS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		3,00%		
ICMS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
ISS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
INSS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				

Observação 1: O BNDES **NÃO** é contribuinte do ICMS, **NÃO** se aplicando a alíquota interestadual.

Observação 2: Se o fornecimento implicar em serviços que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

Nome: CPF: Função na Empresa:

Local e data: de de Assinatura do representante legal do fornecedor / subcontratado

Contador: CRC: Assinatura do contador do fornecedor / subcontratado

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 - BNDES
ANEXO VI – MINUTAS DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

MODELO A

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

(Identificação da empresa – CNPJ, Razão Social, etc)
por intermédio de seu representante legal, _____
(identificação do representante legal – Nome e CPF)
_____, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**,
se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e
a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco
Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento
Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO**
SISTEMA BNDES, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às
EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – Contrato OCS nº ____/____, celebrado
em ____/____/____, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS**
DO SISTEMA BNDES, que podem e devem ser conceituadas como segredo de
indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob
qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se
incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do
RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização do representante legal
signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº _____/_____.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº _____/_____, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº _____/_____, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial, dado pessoal a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº _____/_____, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais que tiver acesso em razão de seu relacionamento com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a [Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES](#) (PCPD) e a [Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES](#) (PCSI), ambas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, bem como o seguinte:

- a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.

a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e

- b) O **RESPONSÁVEL** deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

CLÁUSULA SÉTIMA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação, bem como do **RESPONSÁVEL**, no que for cabível.

CLÁUSULA OITAVA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA NONA

O **RESPONSÁVEL** se compromete no âmbito do Contrato objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das cláusulas do **Termo de Confidencialidade para Profissionais Terceirizados**, de

cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº ____/____.

DE ACORDO,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____.

RESPONSÁVEL

MODELO B

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA PROFISSIONAIS

(identificação – Nome e CPF), doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº ____/____, celebrado em ____/____/____, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por empresa que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº _____/_____.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham a ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº _____/_____, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº _____/_____, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a

este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial e dados pessoais a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em razão do Contrato OCS nº ____/_____, com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a [Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES](#) (PCPD) e a [Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES](#) (PCSI), ambas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, bem como o seguinte:

- a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.
 - a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter

religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e

- b) O RESPONSÁVEL deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

CLÁUSULA SÉTIMA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA OITAVA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/____, e abrangem as informações presentes e futuras.

DE ACORDO,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20____.

RESPONSÁVEL

MODELO C

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL DO SUBCONTRATADO

_____, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de sua contratação pela sociedade _____ para a prestação de parcela(s) dos serviços do Contrato OCS nº ____/____ (SRM _____) às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº ____/____.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº ____/____, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº ____/____, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº ____/____, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e a sociedade _____ e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Representante Legal do Subcontratado:

MODELO D

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA VISTORIA

_____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____,
por _____ seu _____ representante _____ legal,
Sr(a) _____

_____, (*Qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão, Identidade, CPF*), doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - **BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de vistoria nas instalações do **BNDES** prevista no item _____ do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2026 - **BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;

III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados, obtidos ou produzidos durante a vistoria aludida na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente por representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término da vistoria aludida na Cláusula Primeira, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso durante a vistoria.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos na vistoria aludida na Cláusula Primeira, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das Cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da vistoria aludida na Cláusula Primeira, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Representante Legal da Sociedade:

(assinatura)

Nome: _____

Cargo/Função: _____

CPF: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Documento de Identidade (número, data, emissor): _____